



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

Brasília - 2012



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos do controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Secretaria está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília - 2012

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	10
1.1 – Identificação.....	11
2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SEAE.....	11
2.1 – Responsabilidades Institucionais e Objetivos Estratégicos.....	11
2.1.1 – Síntese das Realizações da SEAE.....	17
2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	22
2.2.1 – Planejamento 2011 para a Área de Gestão da SEAE e seus Resultados.....	26
2.2.2 – Planejamento 2011 para a Área Finalística da SEAE e seus Resultados.....	32
2.2.3 – Outras Ações Importantes da SEAE em 2011.....	52
2.2.3.1 – Ações na Área de Relações Institucionais.....	52
2.2.3.2 – Ações na Área de Ouvidoria.....	53
2.2.3.3 – Ações da Comissão de Ética.....	53
2.2.3.4 – Ações no Âmbito do PRO-REG – Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório.....	54
2.2.3.5 – Ações no Âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a FGV.....	55
2.3 – Programa de Governo sob Responsabilidade da SEAE.....	56
2.3.1 – Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SEAE.....	57
2.3.1.1 – Análise Crítica da Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SEAE.....	58
2.3.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SEAE.....	59
2.3.2.1 – Análise Crítica das Ações do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados.....	60
2.3.2.2 – Análise Crítica da Ação do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência sob Responsabilidade da SEAE.....	63
2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	65
2.4.1 – Análise do Desempenho Orçamentário/Financeiro da SEAE.....	69
2.4.2 – Indicadores Institucionais.....	69
2.4.2.1 – Indicadores de Eficiência.....	70
2.4.2.1.1 – Nível de atendimento ao cliente via correio eletrônico.....	70
2.4.2.1.2 – Eficiência quanto à Ação “Instrução e Análise de Atos de Concentração e Procedimentos Administrativos.....	70
2.4.2.2 – Indicadores de Eficácia.....	71
2.4.2.2.1 – Orçamento e finanças.....	71
2.4.2.2.2 – Arrecadação de receitas próprias.....	71
2.4.2.2.3 – Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas.....	71
2.4.2.3 – Indicadores sobre as Ações do PPA.....	71
2.4.2.3.1 – Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos.....	72
2.4.2.3.2 – Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais.....	72
2.4.2.3.3 – Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais.....	72
2.4.2.4 – Indicadores de Economicidade.....	72
2.4.2.4.1 – Custos dos Serviços de Informática.....	72

3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	73
4 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	73
5 – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEAE.....	73
5.1 – Capacitação dos Servidores da SEAE.....	77
6 – TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA SEAE.....	78
7 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE, TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.....	79
8 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.....	80
8.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	80
9 – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SEAE.....	80
9.1 – Estrutura de Controles Internos da SEAE.....	82
10 – INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFIRMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006.....	83
11 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA SEAE CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	84
12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SEAE.....	84
12.1 – Base de Dados.....	86
12.2 – Sistemas Corporativos.....	87
12.3 – Intranet da SEAE.....	87

13 – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	88
14 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇOS – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.....	88
15 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIO DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A SEAE SE VINCULADA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.....	89
16 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO..	89
17 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SEAE, ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	90

QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Identificação da SEAE – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro 2 – Planejamento 2011 da Área de Gestão da SEAE e seus Resultados.....	26
Quadro 3 – Planejamento 2011 da Área Finalística da SEAE e seus Resultados.....	32
Quadro 4 – Demonstrativo da Execução do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados.....	58
Quadro 5 – Execução Física das Ações Realizadas pela SEAE.....	60
Quadro 6 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	66
Quadro 7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	67
Quadro 8 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	68
Quadro 9 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	73
Quadro 10 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores da SEAE.....	73
Quadro 11 – Força de Trabalho da SEAE – Situação Apurada em 31.12.2011.....	74
Quadro 12 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da SEAE – Situação em 31.12.2011.....	75
Quadro 13 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da SEAE – Situação em 31.12.2011.....	75
Quadro 14 – Quantidade de Servidores da SEAE por Faixa Etária – Situação Apurada em 31.12.2011.....	76

Quadro 15 – Quantidade de Servidores da SEAE por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31.12.2011.....	76
Quadro 16 – Composição do Quadro de Estagiário da SEAE.....	76
Quadro 17 – Ações de Treinamento Realizadas em 2011.....	77
Quadro 18 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da SEAE, da Obrigação de Entregar a DBR.....	80
Quadro 19 – Estrutura de Controles Internos da SEAE.....	82
Quadro 20 – Gestão da Tecnologia da Informação da SEAE.....	84
Quadro 21 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	88
Quadro 22 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	88
Figura 1 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico até 31.12.2007.....	23
Figura 2 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 2.1.2008.....	24
Figura 3 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 8.12.2010.....	25
LISTA DE SIGLAS.....	7

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABOTEC - Associação Brasileira de Ortopedia Técnica
AGU - Advocacia-Geral da União
AIR - Análise do Impacto Regulatório
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.
ALLMO - América Latina Logística Malha Oeste S.A.
ALLMP - América Latina Logística Malha Paulista
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
ANCINE - Agência Nacional do Cinema
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANS - Agência Nacional de Saúde
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APO - Autoridade Pública Olímpica
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CAMEX - Câmara de Comércio Exterior
CAMSS - Câmara da Saúde Suplementar
CBA - Código Brasileiro de Aeronáutica
CCFCVS - Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais
CEIB - Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel
CESEAE - Comissão de Ética Setorial da SEAE
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CFN - Companhia Ferroviária do Nordeste
CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio
CGU - Controladoria Geral da União
CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente
CIMA - Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool
CIP - Conselho Interministerial de Preços
CMED - Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
CNPE - Conselho Nacional de Políticas Energética
COGAM - Coordenação-Geral de Análise de Mercados
COGAP - Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais
COGCE - Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado
COGCM - Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia
COGDC - Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência

COGEN - Coordenação-Geral de Energia
COGES - Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros
COGPA - Coordenação-Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais
COGSA - Coordenação-Geral de Economia e Saúde
COGTL - Coordenação-Geral de Transportes e Logística
CONAERO - Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias
CONEP - Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços
CPRM - Serviço Geológico do Brasil
DAP - Departamento de Abastecimento e Preços
DBR - Declarações de Bens e Renda
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EFC - Estrada de Ferro Carajás
EFVM - Estrada de Ferro Vitória a Minas
FCA - Ferrovia Centro-Atlântica
FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais
FERROBAN - Ferrovias Bandeirantes S.A
FGV - Fundação Getulio Vargas
GDI - Gerência de Documentação e Informação
GECIS - Grupo Executivo do Complexo industrial de Saúde
GEPAC - Grupo Gestor do PAC
GEREN-RJ - Gerência de Gestão – Unidade Descentralizada RJ
GERHU - Gerência de Recursos Humanos
GMC - Grupo de Mercado Comum do Sul
GTDC - Grupo Técnico de Defesa Comercial
GTI-LETEC - Grupo Técnico Interministerial de Revisão da Lista de Exceção à TEC
ICN - International Competition Network
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
ISP - Índice de Serviços Postais
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MF - Ministério da Fazenda
MMA - Ministério do Meio Ambiente
OCD - Obsessive-Compulsive Disorder
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a

TV Digital

PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PGMC - Plano Geral de Metas de Competição

PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico

PLV - Projeto de Lei de Conversão

PPA - Plano Plurianual

PRO-REG - Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

PTI - Plano Trienal de Investimentos

SAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais

SBDC – Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

SDE – Secretaria de Direito Econômico

SEAE – Secretaria de Acompanhamento Econômico

SEAP - Secretaria Especial de Abastecimento e Preços

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SFH - Sistema Financeiro da Habitação

SH/SFH - Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SIASG - Sistema Integrado de Serviços Gerais

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SPE - Secretaria de Política Econômica

SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento

TAV - Trem de Alta Velocidade

TCU- Tribunal de Contas da União

TEC - Tarifa Externa Comum

TI - Tecnologia da Informação

TUP - Terminal de Uso Privativo

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

UG - Unidade Gestora

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE**

1 - INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, na Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010 e na Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, que especificam a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação e dispõem sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão, esta Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) apresenta seu Relatório de Gestão Individual referente ao exercício de 2011.

Ele visa relatar o andamento e a execução dos Programas e Ações pelos quais a SEAE é responsável, de acordo com os critérios definidos no Plano Plurianual (PPA 2008-2011 – BRASIL UM PAÍS DE TODOS) e outras ações de gestão que a Secretaria julga importantes. A compatibilidade entre as Ações preconizadas no PPA e as informações detalhadas na Instrução Normativa TCU nº 63 permite a comparação entre a atuação da SEAE e o Programa de Governo em curso em 2011, além de possibilitar o uso de indicadores de desempenho, a fim de medir a economicidade, a eficiência e a eficácia das Ações a cargo desta unidade administrativa.

O presente Relatório apresentará, inicialmente, as responsabilidades institucionais da SEAE, a sua estratégia de atuação frente a estes desafios e os principais resultados alcançados no ano. Em seguida, analisará os Programas e Ações de Governo executadas pela Secretaria, o seu desempenho orçamentário-financeiro e os indicadores de gestão que permitem aferir a eficiência, a eficácia e a economicidade de sua ação administrativa. Por fim, exporá os dados situacionais dos recursos humanos e tecnológicos da Secretaria e os seus processos de controle interno.

1.1 - Identificação

Quadro 1 – Identificação da SEAE – Relatório de Gestão Individual.

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE	
Poder	Executivo	
Tipo do Órgão	Específico singular	
Natureza jurídica	Administração Direta	
Vinculação ministerial	Subordinado ao Ministério da Fazenda	
Código SIORG do Ministério da Fazenda	1929	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A SEAE foi criada em 1.1.1995, pela Medida Provisória nº 813. As suas competências e estrutura organizacional foram definidas no Decreto nº 7.050, de 23.12.2009, que vigorou a partir de 5.1.2010. Esse Decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.301, de 14.9.2010, que foi revogado pelo Decreto nº 7.386, de 8.12.2010, que por sua vez foi revogado pelo atual Decreto nº 7.482, de 16.5.2011. A Lei nº 12.529, de 30.11.2011, que estruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, transferiu da SEAE para o CADE a competência de instruir atos de concentração econômica e deu à Secretaria a função de promover a livre concorrência perante a sociedade e outros órgãos de governo.	
CNPJ	00.394.460/0407-98	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Acompanhamento Econômico – Unidade Gestora 170004, Gestão 00001	
Código da UJ titular do relatório	Idem	
Código SIORG da SEAE	008837	
Código LOA da SEAE	Não se aplica à natureza jurídica da SEAE	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica à natureza jurídica da SEAE	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798 e-mail: seae@fazenda.gov.br	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.seae.fazenda.gov.br/	
Regimento Interno	Portaria GMF nº 386, de 14.7.2009 (DOU de 17.7.2009)	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	125 – Normatização e Fiscalização	
Tipo de atividade	422 – Direitos Individuais, Direito Coletivo e Direitos Difusos	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Acompanhamento Econômico	170004

Fonte: SEAE/MF.

2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SEAE

2.1 - Responsabilidades Institucionais e Objetivos Estratégicos

A missão institucional da SEAE é delinear, coordenar e executar as ações do Ministério da Fazenda, no tocante à elaboração e gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência econômica dos mercados

produtores e consumidores, a melhoria do bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico.

Nos moldes do Decreto nº 7.050, de 23.12.2009, que vigorou a partir de 5.1.2010, sendo posteriormente revogado pelo Decreto nº 7.301, de 14.9.2010, que foi revogado pelo Decreto nº 7.386, de 8.12.2010, que por sua vez foi revogado pelo atual Decreto nº 7.482, de 16.5.2011, que estabelece a estrutura regimental do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, CNPJ 00.394.460/0407-98, Unidade Gestora 170004, Gestão 0001, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro da Fazenda, criado por meio da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, funciona em Brasília e conta com duas Unidades Descentralizadas nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O endereço da página institucional na Internet é <http://www.seae.fazenda.gov.br/>.

Brasília: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF
Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798

Rio de Janeiro: Av. Presidente Antônio Carlos, 375 - 10º Andar - Sala 1029 – Centro
Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020-010
Telefones: +55 21 3805-2077 / 3805-2075 - Fax: +55 21 3805-2079

São Paulo: Av. Prestes Maia, 733 - Sala 1501
Edifício do Ministério da Fazenda - São Paulo - SP – CEP 01031-001
Telefone: +55 11 2113-2032 - Fax: +55 11 2113-2034

A SEAE foi criada em 1º de janeiro de 1995, por meio da Medida Provisória nº 813, como resultado do desmembramento da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. Tendo em vista seu papel em questões relativas ao acompanhamento de preços e ao reajuste de tarifas públicas, herdou parte de estrutura de unidades do Executivo responsáveis, no passado, pelo controle de preços da economia, a exemplo do extinto Conselho Interministerial de Preços - CIP.

A questão do acompanhamento econômico, no entanto, é bastante anterior à criação da SEAE, remetendo-se à Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços (CONEP) criada, em 23 de fevereiro de 1965, no âmbito da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). A CONEP estava autorizada a conceder estímulos de caráter fiscal e creditício a empresas que se comprometessem a manter estáveis, ou só aumentar com autorização prévia, os preços de seus produtos. Em 29 de agosto de 1968, foi instituído o Conselho Interministerial de Preços (CIP), com a atribuição de fixar e fazer executar as medidas destinadas à implementação da sistemática reguladora de preços.

Em 24 de setembro de 1979, foi criada, no âmbito da Presidência da República, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), sendo sucedida, em 10 de maio de 1990, pelo Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), subordinado à Secretaria Nacional de Economia do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Finalmente, em 19 de novembro de 1992, foi instituída, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Política Econômica, que, desmembrada dois anos depois, deu origem à Secretaria de Acompanhamento Econômico.

A SEAE é um dos órgãos do Poder Executivo encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, bem como apreciar atos de concentração entre empresas e atuar na repressão a condutas anticoncorrenciais e anticompetitivas, tendo atribuições em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados não-regulados.

Na área de defesa e promoção da concorrência, a SEAE integra, junto com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O objetivo principal desse Sistema é a promoção de uma economia competitiva por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência. A atuação desses órgãos é pautada pela Lei de Defesa da Concorrência – Lei n.º 8.884¹, de 11 de junho de 1994, e subdivide-se em três vertentes: o controle de concentrações (ou controle de estruturas de mercado), via apreciação de fusões, aquisições e incorporações de empresas; a repressão a condutas anticoncorrenciais e a promoção ou “advocacia” da concorrência.

No que se refere ao acompanhamento e controle de concentrações de atividades de mercado, o SBDC atua analisando preventivamente se a concentração entre empresas (fusões, aquisições, incorporações etc.) pode causar efeitos prejudiciais à concorrência. Os atos de concentração têm, potencialmente, efeitos negativos e positivos sobre o bem-estar econômico. Os efeitos negativos decorrem de um eventual exercício de poder de mercado pela empresa concentrada - aumento de preços, fundamentalmente - enquanto os efeitos positivos derivam de economias de escala, de escopo, de redução de custos de transação, entre outros, que podem proporcionar vantagens competitivas para as empresas participantes.

A SEAE procede, então, a uma análise dos custos e dos benefícios dos atos de concentração, sugerindo a aprovação daqueles que gerarem efeitos líquidos não-negativos para o bem-estar econômico e a reprovação ou a adoção de medidas corretivas em relação àqueles que gerarem efeitos líquidos negativos. Para ponderar custos e benefícios dos atos de concentração, a SEAE e a SDE utilizam o Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, adotado em agosto de 2001, disponível em <http://www.fazenda.gov.br/SEAE/>, no link de Guias para Análise Econômica.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nestes casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso,

¹ A Lei nº 8.884 foi revogada pela Lei nº 12.529, de 30.11.2011. A nova Lei entra em vigor em 180 dias de sua publicação (30.05.2012).

para apurar os fatos. O CADE aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

A promoção ou “advocacia” da concorrência refere-se ao papel educativo e preventivo das autoridades antitruste na disseminação da “cultura da promoção da concorrência” e ao papel de, direta ou indiretamente, essas autoridades influírem na formulação das demais políticas públicas, de modo a garantir que a concorrência seja incentivada ao máximo.

No que se refere à área de regulação, a atuação da SEAE visa à elevação da eficiência dos mercados por meio da redução de barreiras à concorrência e à inovação. A Secretaria trabalha permanentemente na proposição de novos modelos de regulação, na reforma dos modelos existentes e na desregulamentação de setores específicos, contribui na elaboração de arcabouços regulatórios de setores e agências governamentais, no acompanhamento da variação de preços (inflação) com enfoques específicos e visão de comportamento de mercados. O objetivo dessas ações é atualizar regulamentações econômicas, de modo a estimular a concorrência e permitir, aos mercados, a autodeterminação de suas principais variáveis. Essa atividade visa ainda ao fornecimento de subsídios para elaboração de políticas econômicas, uma vez que a SEAE possui a visão do lado real da economia, ou seja, do comportamento de preços e evolução da economia, principalmente. Sempre que possível, busca-se a eliminação parcial ou completa de normas que dificultem o acesso de novos produtores ao mercado como forma de melhorar, por meio da maior competição, o desempenho de um segmento específico.

Além disso, e em virtude das competências atribuídas ao Ministério da Fazenda pelo art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, a SEAE tem a função de fixar normas e critérios para a concessão de reajustes e revisões de preços públicos e tarifas de serviços públicos, observadas as competências das Agências Reguladoras criadas após o advento da citada lei.

Conforme mencionado, o acompanhamento de mercados representa a terceira esfera de atuação da Secretaria.

A política de defesa da concorrência possui interfaces com outras políticas governamentais cujas consequências econômicas afetam os mercados nacionais e, com a abertura de mercados e globalização, afeta ainda mercados internacionais concorrentes. Assim, faz-se necessário que a formulação e a implementação das demais políticas públicas levem em conta os princípios competitivos, de modo a evitar distorções no mercado e preservar a consistência do conjunto de decisões governamentais. É nesse sentido que a política antitruste deve ser vista como o quarto pilar da política econômica governamental, juntamente com as políticas monetária, fiscal e comercial.

Tal interdependência é especialmente relevante no quadro de profundas transformações que a economia brasileira vem sofrendo nos últimos anos, as quais influenciam diretamente a ação do Executivo e, conseqüentemente, redefinem as atribuições de seus órgãos. No caso específico da SEAE, o macroprocesso de acompanhamento de mercados reveste-se de importância fundamental, tendo em vista a intensificação da abertura comercial e da globalização dos mercados, a consolidação do Brasil como *global trader* e mercado consumidor de grande potencial, a consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a decorrente ampliação do mercado

consumidor regional e a mudança do papel do Estado, no âmbito dos serviços públicos e de infraestrutura, de interventor para regulador da economia.

É nesse contexto que a SEAE, ao exercer a atividade de acompanhamento de mercados, busca identificar qualquer conduta dos agentes econômicos que possa vir a afetar o funcionamento normal da atividade econômica. Para exercer tais atividades, a Secretaria tem buscado o intercâmbio com outros órgãos governamentais – entre os quais se destaca a cooperação com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN), bem como com as entidades privadas relacionadas aos assuntos em foco, além de marcar presença nos fóruns internacionais e nacionais pertinentes, como representante do Ministério da Fazenda, nos assuntos ligados à defesa da concorrência e regulação econômica.

A principal característica das atividades de acompanhamento de mercados está na diversidade de assuntos contemplados. Os esforços da Secretaria se concentram principalmente em quatro grandes áreas: (i) negociações internacionais (fóruns negociadores de alteração tarifária e acesso a mercados, por exemplo, Organização Mundial do Comércio (OMC) e MERCOSUL); (ii) defesa comercial (análise, sob a ótica da defesa da concorrência, do impacto de medidas *antidumping* e salvaguardas sobre o bem-estar do consumidor); (iii) acompanhamento de preços (coleta de informações e análise de impacto sobre os principais índices nacionais); e (iv) identificação e monitoramento de mercados disfuncionais (setores sujeitos a barreiras concorrenciais, como a proteção tarifária, os direitos *antidumping*, as barreiras técnicas ou regulatórias, dentre outras).

A SEAE dedica-se, também, a atividades relativas à autorização e fiscalização de sorteios, prêmios e promoções comerciais levados a cabo por instituições financeiras e presta auxílio à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da elaboração de pareceres para apoiar aquele Órgão na defesa da União em processos em que esta é ré.

O assessoramento à AGU se dá no âmbito de processos que envolvem, principalmente, preços de produtos, controlados ou não, e análise de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão e permissão.

Assim, observa-se que a SEAE expandiu suas atribuições em decorrência das necessidades que surgiram para o atendimento das missões propostas pelo Plano Real e também devido à maior complexidade que uma economia moderna e globalizada apresenta.

De acordo com o art. 29 do Decreto n.º 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no DOU de 17.5.2011, a SEAE teve, até 31 de dezembro de 2011, as seguintes competências²:

I - propor, coordenar e executar as ações do Ministério, relativas à gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica;

² O Decreto n.º 7.050, de 23.12.2009, vigorou a partir de 5.1.2010. Esse Decreto foi revogado pelo Decreto n.º 7.301, de 14.9.2010, que foi revogado pelo Decreto n.º 7.386, de 8.12.2010, que por sua vez foi revogado pelo atual Decreto n.º 7.482, de 16.5.2011.

II - assegurar a defesa da ordem econômica, em articulação com os demais órgãos do Governo encarregados de garantir a defesa da concorrência e, para tanto:

- a) emitir pareceres econômicos relativos a atos de concentração no contexto da [Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994](#);
- b) proceder a análises econômicas de práticas ou condutas limitadoras da concorrência, instruindo procedimentos no contexto da [Lei nº 8.884, de 1994](#); e
- c) realizar investigações de atos ou condutas limitadoras da concorrência no contexto da [Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995](#) e da [Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000](#).

III - acompanhar a implantação dos modelos de regulação e gestão desenvolvidos pelas agências reguladoras, pelos ministérios setoriais e pelos demais órgãos afins, manifestando-se, dentre outros aspectos, acerca:

- a) dos reajustes e das revisões de tarifas de serviços públicos e de preços públicos;
- b) dos processos licitatórios que envolvam a privatização de empresas pertencentes à União; e
- c) da evolução dos mercados, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de desestatização e de descentralização administrativa.

IV - autorizar e fiscalizar, salvo hipótese de atribuição de competência a outro órgão ou entidade, as atividades de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda, mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular, nos termos da [Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971](#);

V - autorizar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as atividades de que tratam os [Decretos-Leis nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944](#), e [nº 204, de 27 de fevereiro de 1967](#);

VI - autorizar e fiscalizar as atividades de que trata o [art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984](#);

VII - promover o funcionamento adequado do mercado e, para tanto:

- a) acompanhar e analisar a evolução de variáveis de mercado relativas a setores e produtos ou a grupo de produtos;
- b) acompanhar e analisar a execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, interagindo com órgãos envolvidos com a política de comércio exterior;
- c) adotar, quando cabível, medidas normativas sobre condições de concorrência para assegurar a livre concorrência na produção, comercialização e distribuição de bens e serviços;
- d) compatibilizar as práticas internas de defesa da concorrência e de defesa comercial com as práticas internacionais;
- e) avaliar e manifestar-se acerca dos atos normativos e instrumentos legais que afetem as condições de concorrência e eficiência na prestação de serviços, produção e distribuição de bens; e
- f) propor, avaliar e analisar a implementação das políticas de desenvolvimento setorial e regional.

VIII - formular representação perante o órgão competente, quando identificada norma ilegal e/ou inconstitucional que tenha caráter anticompetitivo;

IX - acompanhar o desenvolvimento de setores e programas estratégicos de desenvolvimento e, para isso:

- a) acompanhar estrategicamente os setores e atividades produtivas da economia brasileira; e
- b) representar o Ministério da Fazenda em ações interministeriais, associações e nos seminários dos programas estratégicos de desenvolvimento econômico.

X - desenvolver os instrumentos necessários à execução das atribuições mencionadas nos incisos I a VIII; e

XI - promover a articulação com órgãos públicos, setor privado e entidades não-governamentais também envolvidos nas atribuições mencionadas nos incisos I a VIII.

2.1.1 – Síntese das Realizações da SEAE

Durante o ano de 2011, a Secretaria apresentou resultados satisfatórios em todas as suas áreas de atuação, como será sintetizado a seguir.

Na área de Defesa Econômica e da Concorrência, a SEAE teve atuação importante no controle das estruturas de mercado tendo se manifestado em 720 processos de atos de concentração, a maioria deles relativos a operações de menor complexidade, onde foi dado tratamento sumário.

No que concerne à Advocacia da Concorrência e sua interface com comércio internacional, a Secretaria atuou nos fóruns de alteração tarifária do MERCOSUL, com destaque para o Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 08/08 - GTAR-08, que trata de casos de redução da Tarifa Externa Comum - TEC no MERCOSUL, por problemas de desabastecimento. A secretaria executiva deste grupo está a cargo da SEAE. Outra participação relevante foi no Grupo Técnico Interministerial de Revisão da Lista de Exceção à TEC – GTI-LETEC.

Em relação à Defesa Comercial, houve aumento de pedidos de suspensão de direito *antidumping* por interesse nacional. A SEAE monitorou o acesso a mercados por meio de acompanhamento (boletins mensais de preços) e de elaboração de estudos específicos.

Ademais, a Secretaria, no papel de Coordenação Nacional do Comitê nº 5 – CT-05, que trata de defesa da concorrência no MERCOSUL, reforçou o compromisso de cooperação técnica com os demais Estados-Partes e manteve sua participação na negociação do acordo comercial MERCOSUL - União Européia, que ainda não foi concluído.

Ainda, a SEAE elaborou nota técnica que subsidiou a decisão dos membros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) de suspender o direito *antidumping*, então vigente sobre o mercado de cimento (Resolução CAMEX nº 64, de 01.09.2010), e manteve sua participação nos fóruns de alteração tarifária, analisando casos de desabastecimento ao amparo da Resolução GMC nº 69/00, bem como da Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum - TEC.

Convém acrescentar que a SEAE exerce atualmente a Coordenação Nacional do Comitê Técnico de Defesa da Concorrência do MERCOSUL e, durante a presidência *pro-tempore* do Brasil

no segundo semestre de 2010, obteve êxito na revisão do Protocolo de Fortaleza, conseguindo consenso entre os Estados-Partes e encaminhando à Comissão de Comércio nova versão deste documento para aprovação.

Quanto ao Acompanhamento de Mercados, a SEAE elaborou boletins e panoramas anuais para diversos setores produtivos e manteve sua participação nas discussões no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para revisão das normas de setores que podem se configurar em obstáculo à concorrência.

Na área de Gestão da Política de Regulação de Mercados, a SEAE participou em 2011 da discussão e da formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores. Exemplos são suas atuações na regulamentação da nova legislação sobre o setor de petróleo, em face das descobertas nas províncias do pré-sal, e no aprimoramento do arcabouço regulatório dos biocombustíveis, de forma a contemplar as particularidades dos combustíveis renováveis.

Cabe destacar ainda, as atividades desenvolvidas na área de Energia Elétrica e de Combustíveis que incluiu participação no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), sobressaindo-se o papel da Secretaria de avaliar os impactos econômicos decorrentes das diretrizes de política energética, e no Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA), em que a SEAE tem participado das discussões de políticas e ações governamentais voltadas à garantia do abastecimento do mercado doméstico de combustíveis e da Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB).

Ainda no setor energético, a SEAE apresentou contribuição à Audiência Pública nº 120/2010, da ANEEL, com vistas ao aperfeiçoamento das regras de estrutura tarifária aplicada ao setor de distribuição de energia elétrica. Na oportunidade, e em virtude da proposta de criação de uma nova Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) para os consumidores livres com a mesma estrutura da tarifa aplicada a uma parcela dos consumidores cativos, a Secretaria instou a Agência a avaliar previamente o impacto de tal medida sobre a modulação do consumo das unidades com baixo fator de carga. A SEAE sugeriu à ANEEL promover estudos que possibilitem a extensão de novas modalidades tarifárias para todos os consumidores de baixa tensão, independentemente do tipo e do perfil de consumo, e que a Agência avaliasse a pertinência de disponibilizar módulos tarifários alternativos para os consumidores que não poderão optar pela modalidade tarifária convencional.

A atuação da SEAE nas áreas de Infraestrutura Urbana e de Recursos Naturais foi pautada em 2011 pela persistente busca de melhoria do ambiente regulatório e pela promoção da concorrência. Em ambos os casos, o objetivo é promover o aperfeiçoamento do marco regulatório dos setores envolvidos. Foram realizados trabalhos que envolveram análises sobre: (i) os atos normativos de proposições legislativas; (ii) o mercado de táxi; (iii) o fracionamento da cobrança e gratuidades no mercado de estacionamentos privados; (iv) a fixação de preço por órgãos estaduais de trânsito; (v) saneamento básico; (vi) mineração; (vii) recursos hídricos; (viii) mobilidade urbana; (ix) mudanças climáticas; e (x) concessão de florestas.

No setor portuário, a SEAE participou de discussões sobre emendas à Medida Provisória que visavam modificar a legislação, alterando os conceitos de Terminal de Uso Privativo (TUP) e

de Carga Própria e estabelecendo prazo de 50 anos para a autorização outorgada a terminais. A Secretaria também participou das discussões sobre a delegação de portos a estados englobando a contratualização de compromissos entre delegante e delegatário, conversações que deverão prosseguir em 2012.

A SEAE também participou ativamente da reestruturação institucional do setor de aviação civil, o que resultou na criação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e em mudanças legais que deram mais clareza às competências dos órgãos para propor a política, o planejamento e a coordenação do setor.

A SEAE ainda atuou na formatação das concessões dos aeroportos de Brasília, de Campinas e de Guarulhos, opinando sobre temas como projeção de demanda, obrigações de investimentos e de qualidade dos serviços, estrutura tarifária, modicidade tarifária, concorrência, alocação de riscos, modelagem de leilão e tributação.

Ainda no setor aéreo, participou de tratativas sobre a alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), no âmbito dos poderes executivo e legislativo. Na órbita das competências da SEAE, são mais relevantes a alteração do instituto de outorga dos serviços aéreos de concessão para autorização, a ampliação do limite de participação de capital estrangeiro nas companhias aéreas, a autorização para a exploração comercial de aeródromos privados, atualmente considerados apenas para uso particular, e a alteração de disposições sobre proteção e defesa dos consumidores. Esta matéria deverá ser votada no Poder Legislativo em 2012.

A Secretaria também foi envolvida nas discussões na Casa Civil que resultaram na publicação do decreto que instituiu a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO) e as Autoridades Aeroportuárias, com vistas a assegurar maior interação entre os agentes, como exploradores de infraestrutura aeroportuária, usuários dos aeroportos e órgãos públicos.

Ainda, participou da parte final de elaboração do projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV) que ligará as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Entretanto, na licitação ocorrida não foi apresentada proposta.

No setor ferroviário, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), editou três resoluções que introduziram novas regras para o transporte de cargas, envolvendo o direito dos usuários, o estabelecimento de metas de produção por trecho da malha concedida e o direito de passagem e tráfego mútuos entre as concessionárias. A SEAE apresentou contribuições para o aperfeiçoamento das três minutas de Resolução.

A SEAE opinou, também, na Audiência Pública promovida pela ANTT sobre a proposta de Plano de Outorga dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros. A Secretaria defendeu mudanças no setor, visando aumento da concorrência, da eficiência e da qualidade do serviço e redução das tarifas. Aguarda-se para 2012 o prosseguimento das discussões sobre a modelagem.

No tocante à discussão e formulação dos aparatos regulatórios de diversas áreas, a SEAE empreendeu esforços na promoção da concorrência e no aperfeiçoamento regulatório dos setores relacionados à infraestrutura urbana e recursos naturais.

No setor de saneamento básico, a Secretaria contribuiu para o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), coordenado pelo Ministério das Cidades. Também tem participado das discussões no âmbito do governo federal envolvendo o consumo sustentável, como parte da política nacional de resíduos sólidos. A SEAE acompanha, ainda, as proposições legislativas sobre saneamento básico.

No setor de mineração, a SEAE participou das discussões acerca do novo marco regulatório, com vistas a aumentar a concorrência no segmento.

Na área de concessão de florestas, a SEAE contribuiu com as discussões envolvendo a possibilidade de expansão das concessões florestais brasileiras, fazendo uma análise do modelo adotado no Brasil e dos eventuais gargalos que dificultam a ampliação dessas concessões.

A Secretaria também tem contribuído, no âmbito do Grupo de Trabalho Interno de Mercado de Carbono, com sua participação pautada na promoção da concorrência quando se trata de definição de instrumentos econômicos para o meio ambiente, como o mercado de carbono, de modo que os avanços necessários na proteção ambiental e seus efeitos no clima possam ocorrer sem prejuízo da competição.

Na área de Telecomunicações, a SEAE contribuiu em diversas consultas públicas promovidas pela ANATEL. Em especial, destacam-se contribuições ao Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), cuja elaboração havia sido prevista no Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações.

Na área de Radiodifusão, a SEAE defendeu a redução do custo regulatório para a outorga de serviços de radiodifusão sonora e de imagens com fins exclusivamente educativos. Também continua participando, como representante do Ministério da Fazenda, do Fórum de Desenvolvimento da TV Digital e compõe, junto com unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o grupo de trabalho que analisa as propostas de empresas pleiteantes dos benefícios do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD).

No setor de mídia e incentivo à cultura, a SEAE contribuiu em consulta pública sobre o registro das obras publicitárias audiovisuais e ofereceu pareceres sobre a modernização e expansão de complexos cinematográficos de exibição (Programa Cinema Perto de Você e Projeto Cinema da Cidade). Também foi estudado um modelo de gestão coletiva de direitos autorais que permitisse a remuneração proporcional à utilização dos acervos e a redução de barreiras ao surgimento e participação de novas associações no sistema.

Na área de Biodiversidade, a SEAE, em cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), participou de grupo de trabalho formado pelo Conselho de Gestão do

Patrimônio (CGEN), cujo objetivo é elaborar um marco regulatório do acesso ao patrimônio genético.

No setor financeiro, a Secretaria acompanhou os efeitos das regulamentações das tarifas relacionadas aos cartões de crédito, resultante da Resolução nº 3.919 do Conselho Monetário Nacional. O acompanhamento do mercado vinha apontando que as instituições financeiras haviam criado nos últimos anos uma série de tarifas para os cartões de pagamento. Estas foram padronizadas.

No setor postal, a sistemática para reajuste das tarifas e dos preços públicos dos serviços postais prestados em regime de monopólio, estabelecida na Portaria nº 244, de 25 de março de 2010, foi utilizada pela primeira vez. O índice específico para o setor, Índice de Serviços Postais (ISP), que acumulou 6,38%, descontado de um fator de produtividade igual a zero, serviu como base para a atualização dos valores praticados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Foi utilizado pela primeira vez o teto de preço, resultado de uma majoração linear sobre as tarifas praticadas. Para alguns serviços, como telegrama, a tarifa cobrada não foi elevada até o teto permitido, o que demonstra que esse modelo já trouxe benefícios para a população.

Na área da Economia da Saúde, a SEAE representa o Ministério da Fazenda na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e na Câmara da Saúde Suplementar (CAMSS), além de participar do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS), sendo também responsável por anuir reajustes de preços de medicamentos e planos de saúde. Destacou-se, em 2011, a participação nas discussões sobre a revisão do modelo de reajuste dos planos de saúde e na revisão dos critérios de portabilidade de carências. Também foram realizados estudos a respeito da inclusão de selos de rastreamento nas embalagens dos medicamentos e sobre a liberação dos preços dos medicamentos isentos de prescrição. Consultas públicas também foram alvos de contribuições, especialmente quanto à atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e a criação dos programas de promoção de envelhecimento ativo ao longo da vida.

A SEAE também vem atuando no campo da reforma regulatória. A Secretaria representa o Ministério da Fazenda no comitê gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, criado pelo Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007.

Na área de Prêmios e Sorteios, a atribuição da SEAE neste tema foi desenvolvida, em 2011, com eficácia, com ênfase para seu desempenho na fiscalização das chamadas “Vendas Premiadas”, uma espécie de captação de poupança popular atípica, que se alastra pelo País, principalmente no interior dos Estados. Foram abertos vários procedimentos administrativos de multa em função das fiscalizações realizadas.

Foi também um ano produtivo para o debate e intensificação dos trabalhos relativos à certificação ISO 27001 das loterias da Caixa Econômica Federal (CAIXA), que se estenderão pelo ano de 2012. Foram criados concursos especiais, que teve início com a “Mega-Sena da Virada”, um verdadeiro sucesso no mercado de loterias. Dando continuidade ao processo, no ano de 2011, houve o primeiro sorteio da Quina de São João, o concurso especial do produto lotérico “Quina”, que seguiu o sucesso da “Mega-Sena da Virada”.

A SEAE está trabalhando na reformulação do Decreto nº 70.951, de 1972, que versa sobre distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular, bem como a Portaria MF nº 54, de 2008, que normatiza as operações de captação de poupança popular.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Desde sua criação e até o início de 2003, a principal vertente de atuação da SEAE foi a defesa da concorrência. Ocorre que a partir de então, o governo federal priorizou crescentemente em sua agenda temas atinentes à regulação econômica e ao acompanhamento de mercados e a Secretaria passou a ser muito demandada neste sentido.

A partir de abril de 2007, houve alteração nas atribuições da SEAE sob demanda do Senhor Ministro da Fazenda e em colaboração com a Secretaria Executiva.

As alterações visavam à incorporação pela SEAE de grande parte das atribuições de acompanhamento dos planos de desenvolvimento do governo no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, ao acompanhamento dos diversos setores da economia do mercado interno e externo, e à passagem para a Secretaria de Política Econômica (SPE) da área de análise de política agroindustrial e o relacionamento com o Conselho Monetário Nacional (CMN).

No que tange ao PAC, ficou estabelecido que a SEAE, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), seria a representante do Ministério da Fazenda no Grupo Gestor do PAC (GEPAC). A Secretaria passou a frequentar a maioria das salas de situação, a emitir pareceres sobre os impactos econômicos e dar o posicionamento do Ministério da Fazenda nas ações do referido plano de desenvolvimento.

Outra alteração significativa nas atribuições regimentais da SEAE foi a incorporação do acompanhamento econômico dos diversos setores da economia, com avaliação das variações dos preços relativos, do movimento concorrencial dos mercados internos e dos mercados externos, de forma não só a promover a concorrência doméstica, mas também acompanhar as estratégias de concorrência internacional vis-à-vis acordos firmados internacionalmente.

A terceira grande alteração regimental ficou por conta da transferência para a SPE das atribuições de acompanhar a implementação, para os setores agrícola e agroindustrial, dos marcos regulatórios, normativos e dos instrumentos de políticas públicas voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo. A SEAE deixou de ser a responsável regimental pela elaboração de políticas agrícolas e agroindustriais no Ministério da Fazenda.

Finalmente, a sanção da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, trouxe maiores responsabilidades à SEAE. A nova Lei, ao mesmo tempo em que transferiu para o CADE a competência de instruir atos de concentração econômica, deu à Secretaria a função de promover a livre concorrência perante a sociedade e outros órgãos de governo, inclusive nas esferas estaduais e municipais. Tal atividade, conhecida como advocacia da concorrência, já vinha sendo realizada pela SEAE. Contudo, a partir da vigência da Lei, espera-se que essa seja uma das linhas de atuação mais relevantes da Secretaria.

Além da sanção da Lei nº 12.529/11, deve-se ressaltar a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 3.337/2004, que trata da gestão e a organização das agências reguladoras. Pela proposta, as agências deverão passar a solicitar ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda, a SEAE, pareceres sobre minutas de normas e regulamentos que serão objeto de consulta pública, conforme o caput do art. 18 e parágrafo 4º, transcritos a seguir:

“Art. 18. No exercício de suas atribuições, incumbe às Agências Reguladoras monitorar e acompanhar as práticas de mercado dos agentes dos setores regulados, de forma a auxiliar os órgãos de defesa da concorrência na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência, nos termos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

...

§ 4º As Agências Reguladoras solicitarão parecer ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda sobre minutas de normas e regulamentos, quinze dias antes à sua disponibilização para consulta pública, para que possa se manifestar, no prazo de até trinta dias, sobre os eventuais impactos nas condições de concorrência dos setores regulados.”

O PL nº 3.337/2004 aguarda votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, deverá seguir para análise no Senado Federal.

Em razão dessas mudanças em suas responsabilidades institucionais, vigorou na SEAE diferentes estruturas organizacionais.

De acordo com o Decreto de Estrutura Regimental nº 6.102/2007, a SEAE esteve estruturada até 31 de dezembro de 2007 da seguinte forma:

- i) Coordenação-Geral de Análise de Mercados (COGAM);
- ii) Coordenação-Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais (COGPA);
- iii) Coordenação-Geral de Energia (COGEN);
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística (COGTL);
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia (COGCM);
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde (COGSA);
- vii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência (COGDC); e
- viii) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado (COGCE), localizada no Rio de Janeiro.

Figura 1 - Estrutura organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico até 31.12.2007.



A partir de 2008, a SEAE passou a ter a seguinte estrutura:

- i) Coordenação-Geral de Concorrência Internacional (COGCI);
- ii) Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais (COGAP);
- iii) Coordenação-Geral de Energia (COGEN);
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística (COGTL);
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia (COGCM);
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde (COGSA);
- vii) Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial (COGAS);
- viii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência (COGDC); e
- ix) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado (COGCE), localizada no Rio de Janeiro.

Figura 2 - Estrutura organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 2.1.2008.



A partir de 2010, a SEAE passou a ter a seguinte estrutura:

- i) Coordenação-Geral de Concorrência Internacional (COGCI);
- ii) Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais (COGAP), localizada no Rio de Janeiro;
- iii) Coordenação-Geral de Energia (COGEN);
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística (COGTL);
- v) Coordenação-Geral de Indústrias de Rede e Sistema Financeiro (COGIR);
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde (COGSA);
- vii) Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial (COGAS);
- viii) Coordenação-Geral de Infraestrutura Urbana e Recursos Naturais (COGUN); e
- ix) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado (COGCE), localizada no Rio de Janeiro.

Figura 3 - Estrutura organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 8.12.2010.



Diversas ações para melhoria dos processos de trabalho foram implementadas nas áreas finalística e de gestão da SEAE nos últimos anos para enfrentar as responsabilidades institucionais, destacando-se as seguintes:

- Organização de reuniões periódicas de coordenação com a finalidade de se avaliar criticamente as atividades desenvolvidas e para identificar os problemas, os gargalos e as oportunidades de melhoria em cada área;
- Organização de reuniões periódicas do Gabinete (Secretário, Adjuntos e Chefia de Gabinete) com os Coordenadores-Gerais da área finalística, seja individualmente, seja com todo o grupo;
- Elaboração participativa de rol de metas anuais com acompanhamento periódico do desenvolvimento das mesmas;
- Discussão da interface de uma área com as demais, a fim de racionalizar os processos de trabalho evitando assim o desperdício de esforço e recursos;
- Alocação da área de conformidade documental da Secretaria em sala isolada, com chave individual e armários trancados para a armazenagem dos processos;
- Intercâmbio de pessoal entre as gerências da área de gestão, a fim de promover a “oxigenação”;
- Adoção do método de gerenciamento por metas públicas para cada área, com prazos definidos, disponibilizadas na Intranet da Secretaria;
- Racionalização da prestação dos serviços de secretária e de copa;
- Adequação do quantitativo de pessoal alocado às atividades de gestão e de apoio.

Durante o ano de 2011, o processo de melhoria de gestão continuou a ser intensificado e foi priorizado o fortalecimento institucional da área de gestão. Foi definido o Planejamento 2011 para a Área de Gestão (ver o item 2.2.1. do presente Relatório), que estabeleceu um total de 71 metas a serem cumpridas ao longo do ano, buscando-se a consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados, o aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão e o

aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE. Foi elaborado, também, o Planejamento 2011 para a Área Finalística (ver o item 2.2.2. do presente Relatório).

Esse processo de modernização institucional provocou uma significativa elevação da qualidade do trabalho das diversas gerências que compõem a área de gestão e também das coordenações-gerais que integram a área finalística.

2.2.1 – Planejamento 2011 para a Área de Gestão da SEAE e seus Resultados

Na elaboração do Planejamento 2011, foram adotadas as seguintes diretrizes estratégicas:

- Fortalecimento institucional da área de gestão;
- Consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados (todos compartilham responsabilidades e resultados). Pré-requisitos básicos: conhecimento preciso da legislação; atuação em projetos específicos e estruturados por metas; reuniões periódicas e frequentes; revisão crítica constante dos procedimentos; adoção das melhores práticas; e postura pró-ativa;
- Desenvolvimento de mecanismos para facilitar a atuação mais integrada das áreas de gestão;
- Aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão da SEAE;
- Aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE;
- Aprimoramento da qualidade do trabalho da equipe de gestão da SEAE;
- Simplificação administrativa: análise dos processos de trabalho e dos procedimentos adotados no âmbito da área de gestão para a verificação de oportunidades de simplificação e de racionalização dos trabalhos desenvolvidos.

O Quadro 2 apresenta as metas de gestão de 2011 da Área de Gestão da SEAE e os resultados alcançados.

Quadro 2 – Planejamento 2011 da Área de Gestão da SEAE e seus Resultados.

Nº	P/A*	META	PRODUTO OU INDICADOR	PRAZO	RESULTADO
<i>Chefia de Gabinete</i>					
1	P	Realizar o XIII Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	31.01	Programa realizado em jan.11.
2	P	Realizar o XIV Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	31.07	Devido às restrições orçamentárias, esta edição do Programa não foi realizada.
3	P	Realizar o Inventário de Bens Móveis 2011 na SEAE-Bsb e REPRE-SP.	Inventário realizado	31.12	Inventário realizado.
4	P	Realizar o Concurso de Monografias, VI Prêmio SEAE – 2011.	Concurso realizado	31.12	Concurso realizado.

5	A	Realizar 2 reuniões estratégicas de coordenação com a equipe de gestão da GEREN-RJ, para acompanhamento e revisão de metas, com frequência, preferencialmente, semestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 14.02 e 20.10.
Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros – COGES I					
6	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 01.02, 30.06 e 14.12.
7	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GEROF, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 01.02, 30.06 e 14.12.
8	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GDI, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 01.02, 30.06 e 14.12.
9	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, GEROF, GDI e COGES-II, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 01.02, 30.06 e 14.12.
10	A	Conferir os produtos das metas entregues pelas áreas até 15 dias após o prazo da respectiva entrega.	Metas conferidas	Mensal	Meta cumprida.
11	A	Consolidar até o dia 5 de cada mês a planilha SEAE em números.	Planilha consolidada	Mensal	Meta cumprida.
12	P	Adotar o Sistema COMPROT DOC WEB para desempenhar as tarefas na COGES-I.	Sistema adotado	Até 30.05	Sistema adotado em abril.
13	A	Atualizar o Manual de Procedimento das Secretárias.	Manual atualizado	Até 30.09	Manual atualizado e encaminhado às secretárias da SEAE em 10.05.
Gerência de Recursos Humanos – GERHU					
14	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 25.03, 20.06, 09.09 e 06.12.
15	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (plan treinamento, plan estrutura SEAE, subplan DAS ocupados, plan Lista GERHU, plan Capacitação).	Planilhas enviadas	Mensal	Meta cumprida.
16	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência, inclusive a plan colegiados ativos.	Conteúdo atualizado	Mensal	Meta cumprida.
17	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I a Lista Participação em Eventos Internacionais.	Lista enviada	Até 30.06 Até 30.12	Lista enviada em 28.06.

18	P	Realizar 2 treinamentos para as unidades, de forma presencial ou à distância (e-mail), relativos ao uso das ferramentas disponíveis na Intranet (afastamento do País, participação em eventos, etc) e no Sistema RH.	Treinamentos realizados	Até 30.06 Até 30.11	Realizado o primeiro treinamento em 30.06, à distância (e-mail institucional), sobre atualização cadastral. Em 16.11, foi entregue aos servidores das copas manual com orientações sobre bom atendimento.
19	A	Revisar o cadastro dos servidores da SEAE-Bsb, SEAE-RJ e SEAE-SP no Outlook.	Cadastro revisado	Até 30.07 Até 30.11	Meta cumprida.
20	A	Atualizar o Manual GERHU que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30.09	Manual atualizado rotineiramente.
Gerência de Recursos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais – GEROF					
21	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 12.04, 12.07, 25.10 e 06.12.
22	P	Realizar 2 workshops, caso haja informação nova, com a equipe da Gerência para discussão sobre a legislação, SCDP, a operacionalização no SIAFI e outros temas pertinentes.	Workshop realizado	Anual	Não houve tema pertinente para a realização dos 2 workshops.
23	A	Reduzir em 30% em relação a 2010 o número total de restrições apresentadas no Relatório de Conformidade Contábil.	Percentual reduzido	Anual	Meta não atingida. Em 2010, houve 5 restrições. Em 2011, foram 6 restrições.
24	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	Meta cumprida
25	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (número de cópias xerox, plan controle de diárias, plan despesa por elemento).	Planilhas enviadas	Mensal	Meta cumprida.
26	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 20 de cada mês toda a produção do mês subsequente de processos (passagens, compras, CEF, SERPRO, SupriFundos e outros) .	Processos enviados	Mensal	Meta cumprida.
27	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos oriundos da CEF, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à CEF.	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.
28	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha com o controle dos processos relativos à Taxa de Fiscalização e à Taxa Processual que se encontram pendentes de documento comprobatório de depósito, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à GEREN-RJ.	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.

29	A	Enviar para a CODOC até o 2º dia útil de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE-Bsb/RJ/SP.	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.
30	A	Finalizar a prestação de contas no SCDP, no prazo máximo de quinze dias, contado a partir da data da apresentação da documentação pelo servidor.	Prestação de contas finalizada	Mensal	Meta cumprida.
31	P	Entregar aos servidores da SEAE a Declaração de Diárias Recebidas em 2010.	Declarações entregues	Até 28.02	Meta cumprida.
32	P	Adotar o Sistema COMPROT DOC WEB para desempenhar as tarefas na GEROF.	Sistema adotado	Até 30.05	Meta cumprida.
33	P	Enviar para a Coordenação de Gestão I a lista consolidada do pedido de compra de livros da SEAE relativo ao ano de 2011, caso haja demanda relativa à aquisição de livros na Secretaria.	Lista enviada	Até 30.08	Não houve pedido de compra de livros no exercício de 2011.
34	A	Atualizar o Manual de Diárias e Passagens da Gerência.	Manual atualizado	Até 30.09	Meta cumprida.
35	A	Atualizar o Manual GEROF que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30.10	Meta cumprida.
36	P	Realizar treinamento operacional para as secretárias utilizarem o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP na SEAE-Bsb e SEAE-RJ, caso haja necessidade.	Treinamento realizado	Até 30.11	Meta cumprida.
Área de Suporte Documental					
37	P	Enviar, em conjunto com a GDI, para o Arquivo Central-MF (COGRL) os processos da SEAE, após contados 5 anos da aprovação das contas com quitação plena pelo TCU.	Processos enviados	30.04	Processos enviados ao arquivo central do MF.
Gerência de Documentação e Informação - GDI					
38	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência trimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas	Anual	Reuniões realizadas em 07.01, 10.11, 09.12 e 14.12.
39	A	Manter atualizado na <i>Intranet</i> o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	Conteúdo atualizado rotineiramente.
40	A	Manter atualizado no sistema <i>Littera</i> os cadastros da Mala Direta.	Cadastros atualizados	Mensal	Atualizado rotineiramente.
41	A	Manter atualizado no sistema <i>Lotus Notes</i> o conteúdo da Biblioteca/Bsb.	Conteúdo atualizado	Mensal	Atualizado rotineiramente.
42	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência (número de cópias e vistas de processos).	Planilhas enviadas	Mensal	Meta cumprida.

43	P	Realizar o VI Encontro Informativo – Módulo Documentação com as secretárias das recepções da SEAE-Bsb abordando orientações básicas quanto à identificação e conservação de documentos, organização de arquivos e elucidar as dúvidas freqüentes de utilização do sistema ComprotDoc.	Treinamento realizado	Até 30.11	A realização do VI Encontro Informativo foi adiado para jan.2012.
44	A	Atualizar o Manual GDI que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30.11	Meta cumprida.
Coordenação de Gestão de Tecnologia da informação e Comunicação – COGES II					
45	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da COGES II, com freqüência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas	Anual	Reuniões realizadas em 08.07, 16.09, 28.10 e 01.12.
46	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à COGES-II.	Conteúdo atualizado	Mensal	Meta cumprida
47	P	Elaborar proposta de cursos e eventos de aperfeiçoamento para a equipe de informática.	Proposta apresentada	Até 31.03	Meta não realizada devido a restrição orçamentária.
48	P	Elaborar plano de trabalho para a digitalização dos documentos da SEAE-Bsb, com solução própria de digitalização.	Plano apresentado	Até 30.04	Meta não realizada devido a restrição orçamentária e de mão-de-obra especializada.
49	P	Apresentar plano para a realização de workshops sobre os aplicativos do Lotus Notes, a fim de reciclar o conhecimento dos usuários.	Plano apresentado	Até 30.04	Meta não realizada feita em função das mudanças ocorridas na COGES II.
50	P	Apresentar proposta aos usuários da SEAE relativa ao Módulo Suporte Técnico do Sistema RTI.	Proposta apresentada	Até 30.06	Meta realizada.
51	P	Apresentar proposta para remodelagem do sítio SEAE e do módulo de acompanhamento de processos.	Proposta apresentada	Até 30.06	Em execução. Será finalizada em fev.12.
52	P	Revisar a Política de Segurança e Uso dos Recursos de TI (versão 2011).	Política revisada	Até 31.08	A política foi revisada e será publicada na Intranet.
53	P	Apresentar proposta para acessar na SEAE-Bsb a Rede Mundial de Computadores, com a tecnologia wireless (sem fio).	Proposta apresentada	Até 30.04	Meta cancelada em função da restrição orçamentária.
54	A	Disponibilizar Sistema de Gestão de Qualidade Informatizado (SGQi) para, pelo menos, dois processos pertinentes à COGES II.	Sistema disponibilizado	Até 30.09	Meta cancelada em função de mudança de prioridade.
55	P	Realizar workshops sobre os aplicativos do Lotus Notes, a fim de reciclar o conhecimento dos usuários.	Workshops realizados	Até 30.11	Meta não realizada em função das mudanças ocorridas na COGES II.
56	P	Apresentar proposta de cronograma para implantação do ambiente para gerenciamento do conteúdo da Área Finalística na Intranet SEAE.	Proposta apresentada	Até 31.11	Meta não realizada em função de mudança de prioridade.
57	A	Revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para 2011.	Plano revisado	Até 31.12	Plano revisado e encaminhado à COGTI/MF.

Gerência de Gestão – Unidade Descentralizada RJ – GEREN – RJ					
58	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da gerência, com frequência, trimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	Reuniões realizadas em 29.03, 10.06, 23.08 e 05.12.
59	A	Divulgar aos servidores da SEAE-RJ, por e-mail, atas das reuniões, porventura, realizadas pelos dirigentes da SAMF-RJ.	Atas divulgadas	Anual	Não foi realizada nenhuma reunião com a SAMF-RJ.
60	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE – RJ.	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.
61	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (número de cópias Xerox e de vistas de processos).	Planilha enviada	Mensal	Meta cumprida.
62	A	Manter atualizado no Sistema RH da Intranet o conteúdo pertencente à SEAE-RJ.	Sistema atualizado	Mensal	Foram realizadas 51 atualizações no Sistema.
63	A	Manter organizados os arquivos físicos de documentos e pastas funcionais existentes no NURFH.	Arquivos organizados	Mensal	Meta cumprida.
64	A	Atualizar até o dia 5 de cada mês os arquivos magnéticos contendo os pedidos de aquisição de material de consumo para o almoxarifado.	Arquivos atualizados	Mensal	Arquivos atualizados com 57 planilhas de pedidos de materiais.
65	A	Enviar para a Coordenação de Gestão II até o dia 5 de cada mês o relatório e respectivos gráficos de visitas técnicas realizadas nas coordenações, levantando os principais problemas tecnológicos, a fim de tornar o atendimento aos usuários mais eficiente.	Relatório enviado	Mensal	Enviados por e-mail em 07.01, 11.02, 05.04, 04.07, 04.08, 04.09 e 06.11.
66	A	Manter rotina adotada em 2010 para os pedidos de mudança de sala de bens patrimoniais nos Grupos 1029 e 1038, visando melhorar o controle do levantamento anual.	Rotina mantida	Mensal	Foram enviados 17 e-mails de movimentação interna.
67	A	Manter banco de dados para controle de usuários na troca de senha da Rede Corporativa, a fim de facilitar o processo de atendimento.	Banco de dados mantido	Mensal	Planilha mantida com seus respectivos dados mensais.
68	P	Elaborar calendário anual para a limpeza do filtro de ar condicionado, vidros e carpetes.	Calendário elaborado	Até 31.01	Foram realizadas as limpeza de filtros de ar condicionado nas salas 1038 – dias 25 e 26.04; e 1029 – dias 02 e 03.05; e limpeza de vidros internos e divisórias nas salas 1038 – dia 01.06; e 1029 - dia 20.06.

69	P	Organizar em Caixa Box os arquivos dos servidores inativos desligados em 2010.	Caixas reorganizadas	Até 30.04	Foram organizados em pasta box o total de 18 servidores que se desligaram da SEAE/RJ em 2010.
70	P	Elaborar proposta para Treinamento dos servidores da GEREN-RJ.	Proposta apresentada	Até 30.06	Foi elaborada a proposta de treinamento e capacitados os servidores terceirizados no Pacote Office e Lótus Notes em 04.07.
71	P	Realizar o Inventário de Bens Móveis 2011 na SEAE-RJ.	Inventário realizado	Até 31.12	1º levantamento físico semestral realizado de 04.04 a 08.04. 1ª conferência dos termos de responsabilidade com a listagem do sistema SIADS feita em 16.05 e 18.05. 2º levantamento físico realizado de 24.11 a 30.11. 2ª conferência dos termos de responsabilidade com listagem do SIADS feita em 01 e 02.12.

*Projeto/Atividade
Fonte: SEAE/MF.

2.2.2 – Planejamento 2011 para a Área Finalística da SEAE e seus Resultados

A seguir são apresentadas as metas de gestão de 2011 da Área Finalística da SEAE, por coordenação-geral, e os resultados alcançados.

Quadro 3 - Planejamento 2011 da Área Finalística da SEAE e seus Resultados.

Coordenação-Geral: COGUN

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Regulação	Serviços Funerários	Nota informativa contendo panorama geral sobre o serviço	Março de 2011	Nota Informativa não concluída. Previsão: 1º semestre de 2012
	Serviços Funerários	Celebração de convênios com os municípios interessados e produção de estudos.	Depende de demanda.	Não demandado.
	Resíduos Sólidos	Estudos específicos sobre desenho regulatório para a gestão de resíduos nos municípios.	Depende de demanda.	Não demandado.
	Resíduos Nucleares	Estudo sobre modelos de governança na gestão de resíduos nucleares com vistas à elaboração de um desenho institucional para o setor.	Depende de demanda.	Não demandado.
	Saneamento	Estudo de viabilidade para prestação do serviço de	Depende de demanda.	Não demandado.

		saneamento básico por bacias hidrográficas.		
	Mineração	Nota Técnica sobre novo marco regulatório para o setor, criação da Agência Reguladora e sobre a alteração da CFEM.	Depende de demanda.	Manifestação por meio de Nota Técnica nº 029/2011, de 11.06.11 Pareceres nºs 6045/2011 e 6047/2011, de 22.07.2011.
	Recursos Hídricos	Nota Técnica sobre a legislação e a possibilidade de incentivar a construção de eclusas em rios de domínio da União quando for explorado o potencial hidráulico.	Julho/2011	Nota Técnica não concluída. Previsão: 1º semestre/2012.
	Transporte Urbano	Estudos sobre legislação, modelo regulatório, integração de modais e modicidade tarifária para transporte urbano	Agosto/2011	Manifestação por meio: - Parecer nº 06035/2011, de 17 de junho de 2011; e - Nota Técnica nº 016/2011/DF, de 29 de abril de 2011.
Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional	Parecer contendo análise focada em possíveis impactos sobre a concorrência decorrentes das novas normas.	De acordo com a demanda	Manifestações por meio de pareceres e memorandos totalizando 56.
Acompanhamento Setorial	Monitoramento de setores específicos (naval, eletrointensivos, papel e celulose e máquinas e equipamentos)	Nota informativa e Apresentação contendo panorama geral sobre o setor	De acordo com a demanda/ Atualização mensal	Não demandado.
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Salas de Situação	Nota Informativa sobre as reuniões das salas de situação de Recursos Hídricos, Transporte Urbano e Recursos Minerais (CPRM).	De acordo com a demanda	Manifestação por meio de 22 Notas Informativas.
Advocacia	Avaliação do marco regulatório que trata da relação entre produtores e distribuidores de veículos (Lei Ferrari – Lei nº 6.729/79)	Estudo sobre a legislação atual e a experiência internacional na área de concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.	Maió/2011	Manifestação em fase de elaboração. Previsão: 1 semestre de 2012.
	ABOTEC – Próteses e Órteses	Nota Técnica acerca dos impactos das obrigações da Agência Reguladora sobre a	Fevereiro/2011	Nota Técnica não concluída. Demanda perdeu

		concorrência		seu objeto.
	Serviços de Táxi	Nota Técnica sobre regras regulatórias dos municípios contendo panorama geral sobre o serviço para os municípios de Natal, Salvador, Sergipe, dentre outros.	Novembro/2011	Manifestação por meio: - Nota Técnica nº 6014/2011/DF de 28.04.2011; - Nota Técnica nº 6015/2011/DF de 13.05.2011. - Nota Técnica nº 6029/2011/DF de 29.08.2011; - Nota Técnica nº 6037/2011/DF de 21.09.2011.
	Verticalização do mercado de combustíveis	Estudo sobre a legislação atual e a experiência internacional na verticalização do mercado de combustíveis.	Dezembro/2011	Estudo em fase de elaboração. Previsão: 2º semestre/2012.
Defesa da Concorrência	Análise de condutas anticompetitivas provenientes da Portaria Conjunta SDE/Seae ou instauradas no âmbito desta Secretaria	Parecer com o posicionamento sobre os Processos.	De acordo com a demanda	Manifestações: - Parecer nº 6003/DF/2011 de 25.01.2011; - Nota Técnica n.º 06007/2011/DF de 10 de fevereiro de 2011; - Termo de Encerramento de Denúncia nº 06101/2011/DF de 02 de março de 2011; - Manifestação por meio de Ofício de não manifestação: 17 no total.

Coordenação-Geral: COGEN

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Acompanhamento Setorial	Evolução da oferta e demanda de energia	Acompanhamento do cruzamento entre oferta e demanda (nível de reservatórios, preço de liquidação de diferenças, preços dos leilões de energia)	Acompanhamento com relatório quinzenal	15 relatórios elaborados.
	Mercado de combustíveis	Relatório de acompanhamento	Acompanhamento com relatório quinzenal	19 relatórios elaborados.

Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional	Parecer com o posicionamento da Seae	Emissão de 30 pareceres até dezembro de 2011	16 pareceres elaborados.
Regulação	Consultas e audiências públicas realizadas pela Aneel e ANP, e resoluções promulgadas pelo CNPE e CIMA	Nota Técnica ou Parecer, quando aplicáveis	Na dependência das datas estabelecidas pelas agências para as consultas e audiências públicas e das datas de reunião do CNPE e CIMA	12 Pareceres Analíticos sobre Regras Regulatórias elaborados.
	Estudo do Etanol	Nota Técnica sobre a cadeia produtiva do etanol	Janeiro/2011	Estudo realizado.
	Tarifas do Setor Elétrico	Nota Informativa sobre características descritivas das tarifas do setor elétrico	Fevereiro/2011	Nota Informativa elaborada.
Regulação	Mercado de Combustíveis	Nota Informativa sobre os preços e encargos relativos ao mercado de combustíveis	Março/2011	Nota Informativa elaborada.
	Setor de Gás Natural	Nota Informativa referente à avaliação sobre o setor de gás natural em função da aprovação da nova lei e do acompanhamento da regulamentação subsequente	Março/2011	Nota Informativa elaborada.
	Encargos do Setor Elétrico	Nota Informativa acerca do impacto sobre a tarifa de energia elétrica resultante dos encargos e tributos do setor	Setembro/2011	Nota Informativa não elaborada.
	Leilões de Biodiesel	Nota técnica sobre os leilões de biodiesel	Outubro/2011	Nota Técnica elaborada
	Mercados de contratação regulada e livre no setor elétrico interligado	Estudo dos aspectos regulatórios e econômicos dos dois mercados e suas consequências para a concorrência e para as tarifas do setor	Novembro/2011	Estudo não elaborado.

Coordenação-Geral: COGAP

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
	1- Decreto nº 70.951, de 1972.	1- Minuta de alteração do Decreto supra.	1- Dezembro de 2011.	1- Elaborado parte da minuta. Em andamento.
	2- Elaboração de minuta de Portaria Eletrônica de	2- Portaria Eletrônica de Prêmios e Sorteios.	2- 2º semestre de 2011.	2- Ainda em fase de estudos.

Promoções Comerciais	Prêmios e Sorteios.			
	3- Elaboração de minuta da Portaria relativa à aplicação de Penalidades em de Promoções Comerciais e Captação Antecipada de poupança popular.	3- Portaria relativa à aplicação de Penalidades em Promoções Comerciais e Captação Antecipada de Poupança Popular.	3- 2º semestre de 2011.	3- Ainda em fase de estudos.
	4- Elaboração de minuta de Portaria sobre Sorteios Filantrópicos.	4- Portaria sobre Sorteios Filantrópicos.	4- 1º semestre de 2011.	4- No aguardo da Portaria com os ajustes da Caixa.
	5- Regulamentação do Art. 14 da Lei nº 7.291, de 1984, que trata de “outras modalidades de loterias.	5- Portaria referente a “outras modalidades de loterias”.	5- Dezembro de 2011.	5- Minuta elaborada, mas não será publicada em virtude da negativa da PGFN constante no Parecer PGFN/CJU/COJPN nº 1070/2011.

Coordenação-Geral: COGCE

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Defesa da Concorrência	Atos de concentração	Pareceres	Rotineiro (30 dias para cada parecer, suspenso em eventuais consultas ao mercado)	720 pareceres emitidos.
Acompanhamento Setorial	Análise da conjuntura e estrutura de mercados: siderúrgico, automotivo, sucroalcooleiro e cimentos	Boletins e Panoramas	Boletim: mensal Panorama: anual	Não foram emitidos boletins e panoramas.

Coordenação-Geral: COGCI

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Defesa da Concorrência	Comitê de Defesa da Concorrência do Mercosul (CT-05)	Elaboração de apresentações sobre o SBDC e casos relevantes	Depende das demandas dos demais membros do Mercosul	Restrições orçamentárias permitiram apenas uma participação nas reuniões do CT-5 no primeiro semestre (23-24.02). Nesta reunião, trabalhou-se no programa de atividades de 2011 do Comitê, não tendo sido elaboradas apresentações. Participação na LVI Reunião do CT-05, em Montevideu, nos dias 11 e 12.10.2011. A delegação brasileira apresentou o Projeto de Lei nº 3937/2004, o qual reestruturava o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e foi posteriormente sancionado, constituindo-se na Lei nº 12.529, de 30.11.2011.
Advocacia da Concorrência	Lista de Exceção à TEC (análise de inclusão/exclusão/manutenção de produtos).	Nota Técnica	Janeiro e Julho	12 notas técnicas elaboradas (nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 33, 35, 36, 38 e 19). 1 nota informativa (nº 36).
	Comitê de Tarifas do Mercosul –CT1 (análise de pedidos de alteração definitiva da TEC)	Nota Técnica	Depende das datas de reunião agendadas pelo Ministério do	Houve apenas 2 reuniões (em 27.05 e 16.06) no primeiro semestre.

			Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).	Elaborou-se uma tabela resumo, mas não houve necessidade de nota técnica. No segundo semestre, houve mais 2 reuniões (em 12.09 e 24.10). Elaborou-se uma tabela resumo, mas não houve necessidade de nota técnica, pois as reuniões trataram apenas de modificações de nomenclatura.
	<i>Antidumping</i> (análise de impacto sobre a cadeia produtiva)	Nota Técnica	Depende das reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).	3 notas técnicas elaboradas (nºs 50, 52 e 55) relativas aos seguintes produtos: PVC-S, papel supercalandrado e resinas de polipropileno.
Acompanhamento Setorial	Resolução GMC 69/00 (análise de pleitos de redução tarifária para casos de desabastecimento).	Nota Técnica	Depende do recebimento de pleitos do Brasil e do Mercosul.	45 notas elaboradas. Devido à alteração no ordenamento jurídico do Mercosul, esta atividade deve ser alterada para “Res GMC 08/08 – análise de pleitos de redução tarifária”.
	Monitoramento de setores diante de mudanças no cenário econômico nacional e internacional	Nota Técnica	Depende da demanda do Ministério da Fazenda.	2 notas técnicas elaboradas (nºs 34 de julho e 5, de outubro). A primeira trata do Regime de Origem do Mercosul para pré-forma PET. A segunda traz um estudo do

				mercado de chapa de alumínio.
	Atualização sistemática de banco de dados (índices de preços).	Banco de dados	Após divulgação dos dados pelos institutos de pesquisa.	11 apresentações elaboradas.
Acompanhamento Internacional	Interface com organismos internacionais que tratam de concorrência(OCD E, UNCTAD...)	Resposta a questionários, manifestações a estudos e elaboração de papers.	Depende da demanda.	Esta atividade foi transferida para a Coordenação-Geral de Relações Institucionais.
Análise de Atos Normativos	Análise de atos normativos que impliquem alteração da estrutura tarifária ou que tenham impacto sobre a concorrência.	Nota Técnica	Depende da demanda.	Nenhuma nota técnica solicitada.

Coordenação-Geral: COGIR

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Regulação	Reajuste e revisão tarifária das tarifas postais dos serviços prestados em regime de monopólio pela ECT	Portaria autorizando o reajuste/revisão	Reajuste – mínimo de 12 meses entre reajustes sucessivos Revisão – sem prazo determinado.	Publicada no D.O.U. de 18.02.2011 a Portaria MF nº 61, de 16.02.2011, que trata do reajuste das tarifas postais e telegráfica nacionais e internacionais.
Advocacia da Concorrência	Análise dos impactos regulatórios (concorrenciais e outros) referentes a consultas públicas realizadas por agências reguladoras (ANATEL e ANCINE) e ministérios setoriais	Parecer Analítico sobre Regras Regulatórias	Sem prazo determinado.	16 Pareceres Analíticos sobre Regras Regulatórias, sendo 11 em Consultas Públicas da Anatel, 3 em Consultas da ANS, 1 em Consulta da Ancine e 1 do Ministério das

				Comunicações.
Acompanhamento Setorial	Produção de informações analíticas sobre o setor financeiro	Boletim de Tarifas Bancárias Boletim de Juros	Trimestrais	Um Boletim produzido, mas não publicado.
Análise de Atos Normativos	Análise dos impactos regulatórios (concorrenciais e outros) referentes a projetos de Lei enviados pelo Gabinete da SEAE para análise pela Coordenação	Parecer de Atos Normativos	Sem prazo determinado.	26 Pareceres de Atos Normativos – Projetos de Lei, minutas de Medidas Provisórias, de Decretos, etc.

Coordenação-Geral: COGSA

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Regulação	Análise do reajuste de medicamentos	Nota técnica	Março/2011	Nota Informativa nº 19/COGIR/SEAE/MF, de 24.03.2011.
	Análise do reajuste de planos de saúde	Nota técnica	Junho/2011	Nota Técnica nº 21/CPGOR/SEAE/MF, de 2.05.11.
	Análise de Impacto Regulatório da mudança do cálculo do fator Y	Nota técnica	Agosto/2011	Grupo Técnico em andamento na CMED.
	Propostas de mudanças no modelo de reajuste dos planos de saúde	Nota técnica	Julho/2011	Câmara Técnica em andamento na ANS
	Levantamento dos modelos de avaliação de custo-benefício em saúde	Nota técnica	Abril/2011	Paralisado.
	Elaboração de proposta de mecanismo de capitalização na saúde suplementar	Nota técnica	Dezembro/2011	Paralisado, ANS perdeu o interesse.
Advocacia da Concorrência	Estudo sobre a comparabilidade de planos de saúde pelo consumidor	Nota técnica	Outubro/2011	Paralisado.
	Impactos do atual modelo de regulação	Nota técnica	Novembro/2011	Em andamento, em conexão

Advocacia da Concorrência	de preços de entrada sobre a competição no mercado de medicamentos			com auditoria operacional do TCU sobre a CMED.
	Proposta de modelo de negociação de preços entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços	Nota técnica	Maio/2011	Objeto de Acordo de Cooperação Técnica com a ANS, em análise na PGFN
Acompanhamento Setorial	Acompanhamento de indicadores econômicos da área de saúde	Nota informativa	Trimestral	Paralisado.
Análise de Atos Normativos	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	N/A	14 Pareceres de Atos Normativos.

Coordenação-Geral: COGTL

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo	Resultado
Regulação	Análise de reajustes e revisões de concessões rodoviárias	Nota Informativa	Mensal	<p>Nota Informativa nº 01, de 3.1.11. Reajuste e Revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A.</p> <p>Nota Informativa nº 02, de 3.1.11. Reajuste e Revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Empresa Concessionária Autopista Fernão Dias S.A</p> <p>Nota Informativa nº 03, de 3.1.11. Reajuste e Revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Empresa Concessionária Autopista Planalto Sul S.A</p> <p>Nota Informativa nº 04 de 3.1.11. Reajuste e Revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Empresa Concessionária da Rodovia Sul S.A – ECOSUL</p> <p>Nota Informativa nº 05 de 3.1.11. Reajuste e Revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Empresa Concessionária Autopista Fluminense S.A</p>

				<p>Nota Informativa nº 12, de 4.2.11. Reajuste e Revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária Autopista Litoral Sul S.A.</p> <p>Nota Informativa nº 15, de 10.2.11. Reajuste e Revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Empresa Concessionária Autopista Fluminense S.A.</p> <p>Nota Informativa nº 43 de 1.7.11 Considerações sobre o Reajuste Tarifário para o Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP), em percursos superiores a 75 km, para o período de 2011-2012</p> <p>Nota Informativa nº 44 de 1.7.11 Considerações sobre o Reajuste Tarifário para o Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Semiurbano de Passageiros (TRIIP), para o período de 2011-2012</p> <p>Nota Informativa nº 56, de 10.8.11 Considerações sobre o reajuste e revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária Rodovia do Aço S.A</p> <p>Nota Informativa nº 60, de 15.8.11 Considerações sobre o reajuste e revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A.</p> <p>Nota Informativa nº 61, de 19.8.11 Considerações sobre o reajuste e revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A</p> <p>Nota Informativa nº 66, de 6.9.11 Considerações sobre o reajuste e revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária Rodoviária Juiz de Fora/Rio S.A - CONCER</p> <p>Nota Informativa nº 75, de 7.10.11 Considerações sobre o reajuste e revisão da Tarifa Básica de Pedágio</p>
--	--	--	--	--

				<p>da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT).</p> <p>Nota Informativa nº 87, de 4.11.11 Considerações sobre o reajuste e revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S.A. – CONCEPA.</p> <p>Nota Informativa nº 95, de 16.12.11 Considerações sobre o reajuste e revisão da Tarifa Básica de Pedágio da Concessionária de Rodovia ViaBahia.</p>
Regulação	Análise de editais e contratos de concessões rodoviárias	Nota Técnica	Semestral	<p>Parecer Analítico de Regras Regulatórias nº 1, de 7.1.10. Proposta de Resolução que dispõe sobre metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais da 1ª Etapa, da 2ª Etapa – Fase I e do Pólo Pelotas, em decorrência de novos investimentos e serviços.</p>
Regulação	Análise de reajuste ou revisão no setor portuário	Nota Técnica ou Nota Informativa	Mensal	<p>Nota Informativa nº 06 de 7.1.11. Considerações acerca da revisão tarifária do Porto de Fortaleza, CE.</p> <p>Nota Informativa nº 09, de 19.1.11. Revisão tarifária do Porto de São Sebastião-SP.</p> <p>Nota Informativa nº 55, de 1.8.11 Considerações sobre a revisão e reajuste tarifário do Porto do Forno, situado no Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Nota Informativa nº, de 19.10.11 Considerações sobre revisão tarifária do Porto de Maceió/AL.</p> <p>Nota Informativa nº 77, de 19.10.11 Considerações sobre revisão tarifária dos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus-BA</p> <p>Nota Informativa nº 78, de 19.10.11 Considerações sobre revisão tarifária do Porto de São Francisco do Sul-SC.</p>

				Nota Informativa nº 79, de 19.10.11 Considerações sobre revisão tarifária do Porto de Itajaí/SC
Regulação	Análise de resoluções da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	Nota Técnica ou Nota Informativa	Bimestral	Nota Técnica nº 48, de 6.9.11 Proposta de resolução disposta em Audiência Pública nº 13/2011 da Agência Nacional de Aviação Civil que versa sobre o compartilhamento das áreas check-in nos aeroportos brasileiros. Ofício SEAE nº 361, de 8.9.11 para ANAC
Regulação	Avaliação de reajustes e revisões de transporte ferroviário	Nota Técnica ou Nota Informativa	Mensal	Nota Informativa nº 35, de 16.6.11. Considerações sobre o reajuste tarifário da Ferrovia Norte Sul S/A. Nota Informativa nº 58, de 12.8.11 Considerações sobre o reajuste tarifário do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM. Nota Informativa nº 59, de 12.8.11 Considerações sobre o reajuste tarifário do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros da Estrada de Ferro Carajás – EFC Nota Informativa nº 65, de 31.8.11 Considerações sobre o reajuste tarifário do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros da América Latina Logística Malha Paulista – ALLMP. Nota Informativa nº 68, de 27.9.11 Reajuste tarifário da Ferrovias Bandeirantes S.A – FERROBAN, sucedida pela América Latina Logística Malha Paulista S.A. – ALL Nota Informativa nº 69, de 27.9.11 Reajuste tarifário da América Latina Logística Malha Oeste S.A. - ALL (Ferrovia Novoeste S.A.) Nota Informativa nº 70, de 27.9.11 Reajuste tarifário Ferrovia Centro-Atlântica – FCA Nota Informativa nº 71, de 27.9.11 Reajuste tarifário da Companhia

				<p>Ferrovíaria do Nordeste – CFN</p> <p>Nota Informativa nº 74, de 30.9.11 Considerações sobre o reajuste tarifário do serviço público de transporte ferroviário de cargas da América Latina Logística Malha Oeste S.A. – ALLMO</p> <p>Nota Informativa nº 80, de 21.10.11 Considerações sobre o reajuste tarifário da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA, concessionária de serviço público de transporte ferroviário de carga da malha Centro-Leste</p>
Regulação	Estudo sobre concessões de aeroportos	Nota Técnica	Semestral	<p>Nota STN/SEAE nº 879, de 7.10.11 Revisão da Taxa Interna de Retorno para a viabilidade dos aeroportos de Guarulhos (SBGR), Brasília (SBBR) e Campinas</p> <p>Nota STN/SEAE nº 15, de 28.11.11 Revisão da Taxa Interna de Retorno para a viabilidade do aeroporto de Viracopos (SBKP) em Campinas</p> <p>Nota Técnica nº 61, de 12.12.11 Revisões ordinárias das tarifas nos contratos de concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Campinas.</p>
Regulação	Estudo sobre reavaliação do Código Brasileiro de Aeronáutica	Parecer	Semestral	Não realizado.
Regulação	Estudos sobre o setor aéreo. Apoio à Secretaria Executiva no CONAC – Conselho de Aviação Civil	Nota Informativa	Semestral	Não realizado.
	Acompanhamento de resoluções da ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário	Nota informativa	Quadri-mestral	Parecer Analítico de Regras Regulatórias nº 03, de 18.1.11. Audiência Pública nº 7/2010, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), sobre a proposta de norma para a elaboração de Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias pelas

<p>Acompanhamento Setorial</p>				<p>administrações portuárias.</p> <p>Parecer Analítico de Regras Regulatórias nº 15, de 23.5.11 Proposta de resolução que estabelece parâmetros regulatórios a serem observados na prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e volumes, em instalações de uso público, nos portos organizados.</p> <p>Parecer Analítico de Regras Regulatórias nº 26, de 8.8.11 Proposta de norma para outorga de autorização à pessoa jurídica que tenha por objeto o transporte aquaviário, constituída nos termos da legislação brasileira e com sede e administração no país, para operar nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo e apoio portuário. Encaminhado por email</p> <p>Nota Técnica COGTL/COGCE nº 59, de 5.12.11 Considerações sobre a especialização de portos para determinadas cargas</p>
<p>Acompanhamento Setorial</p>	<p>Análise de resoluções da ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre</p>	<p>Nota Informativa</p>	<p>Trimestral</p>	<p>Parecer Analítico de Regras Regulatórias nº 16, de 6.6.11. Proposta de resolução que dispõe sobre instrumentos do processo de participação e controle social no âmbito da ANTT.</p> <p>Parecer Analítico de Regras Regulatórias nº 20, de 20.7.11 Proposta de resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), referente à Audiência Pública nº 119/2011, que dispõe sobre procedimentos para apresentação do Plano Trienal de Investimentos – PTI pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas. Encaminhado por email. Protocolo ANTT nº Protocolo nº 458248</p> <p>Parecer Analítico de Regras Regulatórias nº 30, de 13.10.11 Manifestação da SEAE para Audiência Pública nº 120 da Agência Nacional de Transportes Terrestres</p>

				(ANTT) sobre o Plano de Outorga dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros, operados por ônibus do tipo rodoviário. Ofício SEAE para ANTT nº 403, de 14.10.11.
Acompanhamento Setorial	Análise do andamento das obras do PAC	Nota Informativa	Bimestral	<p>Nota Informativa nº 46 de 14.7.11 Reunião da Sala de Situação “PAC Ferrovias” em 06 de abril de 2011. Convocação: 31.03.11.</p> <p>Nota Informativa nº 62, de 19.8.11 Reunião da Sala de Situação “PAC Ferrovias” em 15 de agosto de 2011. Pauta: i) Ferrovias Valec; ii) Ferrovias DNIT; iii) Ferrovia Transnordestina/ANTT.</p> <p>Nota Informativa nº 64, de 26.8.11 Reunião da Sala de Situação “PAC Ferrovias” em 23 de agosto de 2011. Convocação: 12 de agosto</p> <p>Nota Informativa nº 81, de 24.10.11 Reunião da Sala de Situação “PAC Ferrovias” em 16 de setembro de 2011.</p> <p>Nota Informativa nº 82 de 24.10.11 Reunião da Sala de Situação “PAC Ferrovias” em 18 de outubro de 2011.</p> <p>Nota Informativa nº 88, de 8.11.11 Principais temas tratados na reunião preparatória para a reunião do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC) de Hidrovias.</p> <p>Nota Informativa nº 92, de 7.12.11 Principais temas tratados na reunião de 29 de novembro de 2011 da Sala de Situação de Portos do Programa de Aceleração do Crescimento</p>
Defesa da Concorrência	Análise de procedimento administrativo	Auxílio a Parecer Técnico da COGUN	Semestral	Não realizado.
	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	Mensal	Parecer nº 06006 de 8.2.11. Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória nº 503, de 2010, que ratifica o protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de

<p>Análise de Atos Normativos</p>			<p>constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica (APO).</p> <p>Parecer nº 06018, de 15.3.11. Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 2, de 2011 (MP nº 503, de 2010), que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica (APO)</p> <p>Parecer nº 06019 de 22.3.11. Emendas à Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, a qual autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, acresce o Porto do Pólo Industrial de Manaus no item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10.09.1973, e dá outras providências.</p> <p>Parecer nº 06028, de 13.05.11 Projeto de Lei de Conversão no 09/2011, que autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais (CCFCVS), direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), oferecer cobertura direta a contratos de</p>
-----------------------------------	--	--	---

				<p>financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, altera o Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.</p> <p>Parecer nº 06036, de 17.6.11. Emendas à MP nº 527, de 2011, que altera a Lei nº 10.683, de 28.5.2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo.</p> <p>Nota Técnica nº 31, de 20.06.11. Decreto de Promulgação de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima.</p> <p>Parecer nº 06046, de 22.7.11 Projeto de Lei de Conversão no 17/2011. RDC (MP nº 527). Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, ANAC e INFRAERO Autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários. Memorando AAP/MF nº 1.538, de 18.7.2011. Memorando SEAE nº 06144, de 22.7.2011</p> <p>Parecer nº 06069, de 8.9.11 Projeto de Lei nº 1233, de 2011, do Deputado Federal Marlllos Sampaio (PMDB-PI), que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá</p>
--	--	--	--	---

				<p>outras providências. Memorando nº 1210/AAP/GM-MF, de 31 de maio de 2011. Memorando SEAE nº 06183, de 9.9.11 . Transporte aéreo</p> <p>Parecer nº 06072, de 20.9.11 Projeto de Lei nº 4.071, de 2008, do Deputado Federal Juvenil Alves (PRTB-MG), que institui o Programa Especial de Transporte Estudantil – PETE e dá outras providências. Memorando nº 180/AAP/GM-MF, de 12 de janeiro de 2009. Memorando SEAE nº 06194, de 20.9.11</p> <p>Parecer nº 06073, de 27.9.11 Projeto de Lei nº 7.191, de 2002, originário do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2002, do Senador Romero Jucá (PMDB-RR), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-438. Memorando nº 2.159/AAP/GM-MF, de 26 de setembro de 2011. Memorando nº SEAE 06203, de 27.9.11</p> <p>Parecer nº 06074, de 28.9.11 Projeto de Lei do Senado nº 278/2011, de autoria da Senadora Angela Portela (PT/RR), que altera a Lei nº 7.565/1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA, e a Lei nº 11.182/2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Memorando nº 1417/AAP/GM/MF. Memorando SEAE nº 06206, de 30.9.11, de 22 de junho de 2011</p> <p>Parecer nº 06088, de 30.9.11 Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2011, do Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que estabelece isenção de tarifa de embarque em voos domésticos para passageiros idosos. Memorando nº 1.637/AAP/GM-MF, de 14 de julho de 2011. Memorando SEAE nº 06222, de 6.10.11</p>
--	--	--	--	--

				<p>Parecer nº 06090, de 4.10.11 Projeto de Lei nº 3.526, de 2008, do Deputado Federal Cleber Verde (PRB-MA), que altera a Lei nº 8.899, de 29.6.1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Memorando nº 1.201/AAP/GM-MF, de 17.6.2008. Memorando SEAE nº 06224, de 6.10.11</p> <p>Parecer COGTL/COGUN nº 015, de 7.11.11</p> <p>PLC nº 98, de 2011 (originado do PL nº 4.529, de 2004), “que institui o Estatuto da Juventude, dispendo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências”. (TRIIP). Em anexo Parecer/COGIR/SEAE/MF nº 16, de 8.11.11 e Memorando SEAE nº 519, de 8.11.11</p> <p>Parecer nº 06097, de 11.11.11 Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 0227/2010 que dispõe sobre a prorrogação de contratos de arrendamento de áreas ou instalações portuárias celebrados anteriormente à vigência da lei nº 8.630 de 25 de fevereiro de 1993 (Lei dos Portos). Memorando 1.460/AAP/GM-MF de 16 de setembro de 2010. Memorando SEAE nº 06244, de 17.11.11</p> <p>Parecer nº 17, de 21.11.11 Minuta de Medida Provisória que altera o art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; altera dispositivos da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999; altera o art. 1º da Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; altera dispositivos da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973; altera o art. 2º da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências. Exposição de Motivos Interministerial nº 14/2011/SAC-PR/MF/MD/MP.ATAERO</p>
--	--	--	--	--

Advocacia da Concorrência	Análise da regulação no setor de transportes	Questionários de órgãos internacionais – OCDE, ICN e UNCTAD	Quadri-mestral	Transport check-list (questionário do Banco Mundial respondido pela COGTL ao gabinete em 24.11.2011). Survey for Competition Agencies - AWG Benefits Project (questionário respondido pela COGTL ao gabinete em 06.12. 2011)
---------------------------	--	---	----------------	---

2.2.3 – Outras Ações Importantes da SEAE em 2011

2.2.3.1 – Ações na Área de Relações Institucionais

Reconhecendo a importância de sua representação institucional, no ano de 2011, a SEAE reorganizou a assessoria do gabinete, a fim de dar unicidade às ações de comunicação social, de representação internacional e de relações com o Poder Legislativo, o que levou à formação da Assessoria de Relações Institucionais.

No campo da comunicação social, o atendimento à imprensa e o acompanhamento diário dos principais jornais brasileiros é a atividade de maior relevância. Além dessas funções, a Assessoria desenvolve outras atividades relacionadas à comunicação, dentre elas a avaliação de conteúdo e a atualização do portal da SEAE, bem como a redação e o envio de comunicados institucionais, destacando-se o tratamento de mensagens recebidas no e-mail institucional: seae@fazenda.gov.br. O mural físico localizado no corredor central da Secretaria também integra o rol de atividades nessa área e o objetivo é utilizá-lo para reforçar as informações encaminhadas por meio de outros canais de comunicação.

Sobre a representação internacional da SEAE, a Assessoria esteve, ao longo de todo o ano de 2011, dedicada à organização da 11ª Conferência Anual da *International Competition Network* (ICN), evento que reúne dirigentes e técnicos de mais de 100 autoridades de concorrência de todo o mundo e que, em 2012, será realizado no Rio de Janeiro. Além disso, também se deve mencionar o papel da Assessoria no acompanhamento dos debates promovidos por importantes organizações internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a própria ICN.

A fim de colaborar com a SEAE em sua atividade de promoção da livre concorrência e das melhores práticas regulatórias, a Assessoria também desempenha atividades de acompanhamento de tramitação de matérias legislativas de interesse da Secretaria e presta esclarecimentos aos demais servidores sobre a tramitação de tais propostas no Congresso Nacional.

Além dos tópicos mencionados, faz-se necessário citar um projeto de suma importância no qual colabora a Assessoria de Relações Institucionais da Secretaria: o Prêmio SEAE, que realizou em 2011 o “VI Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica”. A finalidade do Prêmio é estimular a pesquisa acerca dos temas subjacentes à defesa da concorrência e à regulação econômica e difundir esses temas junto à comunidade acadêmica brasileira e à sociedade em geral, reconhecendo os trabalhos de qualidade técnica e de aplicabilidade na

Administração Pública. O Prêmio foi concedido nas categorias “Defesa da Concorrência” e “Regulação Econômica” e destinou-se a profissionais que concorreram com trabalhos individuais ou em grupo. No final da edição, os trabalhos premiados foram compilados e publicados na forma de livro do Prêmio SEAE.

2.2.3.2 – Ações na Área de Ouvidoria

A Constituição Federal, em seu art. 37, parágrafo 3º, determina que, dentre outros, a Administração Pública deverá obedecer ao princípio da eficiência e prevê a ação de órgãos de atendimento às reclamações relativas à prestação dos serviços públicos como forma de participação do cidadão-usuário.

A ouvidoria da SEAE reflete um esforço e uma abertura da instituição para dar continuidade e aprimorar a comunicação com o cidadão. É uma busca pela transparência, eficiência e eficácia em relação à qualidade das atividades e serviços.

Esse canal possibilita a análise de críticas e sugestões a respeito dos assuntos abordados pela Secretaria, constituindo um valioso instrumento para a solução de problemas e de conflitos organizacionais, tanto de caráter interno como de natureza externa.

Cabe à Ouvidoria:

- Receber e encaminhar para apuração as manifestações dos cidadãos (inclusive denúncias de irregularidades);
- Dar conhecimento das manifestações aos respectivos órgãos para que tomem as providências cabíveis, se necessárias;
- Dar conhecimento da solução/resultado da demanda ao usuário;
- Propor aos dirigentes a implementação de medidas administrativas, quando houver necessidade; e
- Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços prestados pela SEAE à sociedade.

Em 2011, a Ouvidoria da SEAE recebeu 54 mensagens (denúncias, reclamações, solicitações, dúvidas e elogios) e todas foram solucionadas em tempo hábil.

2.2.3.3 – Ações da Comissão de Ética

A SEAE, imbuída da responsabilidade por zelar pela efetividade das normas de conduta, constituiu, por meio da Portaria nº 39, de 11.7.2002, alterada em 2008 pela Portaria nº 79, de 19.11.2008, a Comissão de Ética Setorial da SEAE (CESEAE). Ela é responsável pelo aperfeiçoamento das normas, pela educação e orientação, pelo monitoramento da observância e pela apuração de desvios na conduta dos servidores da Secretaria.

Com o objetivo de promover a educação para a ética no âmbito da SEAE, todos servidores ao iniciarem suas atividades na Secretaria recebem um exemplar do Código de Ética. Também são disponibilizadas informações sobre o tema por meio de correio eletrônico, e-mail institucional, memorando circular e intranet.

Em 2011, foi feita a atualização da composição da Comissão de Ética com a substituição de alguns participantes. Além disso, seus membros frequentaram capacitações promovidas pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

2.2.3.4 – Ações no Âmbito do PRO-REG - Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

Está em curso o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório e a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do governo federal. Ele é fruto do programa de assistência técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e está a cargo do Comitê Gestor que inclui a Presidência da República e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O Programa, instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.062, de 16 de março de 2007, tem como objetivo fortalecer:

- a) o sistema regulatório de modo a facilitar o pleno exercício de funções por parte de todos os atores;
- b) a capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados;
- c) a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório;
- d) a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e
- e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência no âmbito do processo regulatório.

A peça central de qualquer projeto de melhoria regulatória é a implementação do procedimento “Análise do Impacto Regulatório” (AIR). Trata-se de uma ferramenta utilizada para examinar e medir os benefícios, os custos e os efeitos prováveis de uma regulação nova ou já existente. A AIR é utilizada na maioria dos países da OCDE em diferentes níveis. Em alguns, é usada somente nas principais propostas legislativas, enquanto em outros (Estados Unidos e Inglaterra) é utilizada até mesmo nas normas propostas pelas agências reguladoras. O princípio básico de funcionamento é que se os custos estimados da adoção da norma forem maiores que os benefícios, a norma não é adotada.

Um dos subobjetivos do PRO-REG é o “estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação em melhoria regulatória”, aos moldes de unidades análogas existentes em outros países, principalmente os da OCDE. Esta unidade, entre outras atribuições, teria a incumbência de exercer algum tipo de AIR sobre novas normas e regulamentos das agências reguladoras.

O PRO-REG promoveu várias atividades durante o ano de 2011, tanto em termos de articulação dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas regulatórias e as agências responsáveis pela sua execução, como também ações de capacitação. A SEAE deu continuidade à implementação de algumas das “melhores práticas” recomendadas pela OCDE em matéria

regulatória, principalmente no que diz respeito à promoção e advocacia da concorrência e, para tal, tem utilizado em suas análises e pareceres regulatórios o Guia para Avaliação Concorrencial de Normas Regulatórias segundo as linhas gerais adotadas nos países que compõem aquela Organização. A avaliação concorrencial de normas regulatórias é parte integrante da análise de impacto regulatório, um dos elementos da reforma que o PRO-REG procura implementar no Brasil.

2.2.3.5 – Ações no Âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a FGV

O acordo de cooperação técnica firmado entre Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Fazenda tem por objeto promover entre as partes a cooperação no campo da assistência técnica, na busca da eficiência, produtividade e qualidade dos serviços prestados pelo Ministério, utilizando-se, dentre outros, dos seguintes mecanismos:

- a) intercâmbio de informações entre cientistas, pesquisadores, técnicos, professores e servidores do Ministério da Fazenda, tendo como objetivo a realização de pesquisas e estudos de interesse recíproco voltados à disseminação e incorporação das melhores práticas e técnicas de gestão administrativa e tecnológica e ao desenvolvimento de temas relacionados às finanças públicas;
- b) concessão de bolsas de estudo de especialização, em nível de pós-graduação, e de aperfeiçoamento técnico;
- c) organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e debates nas áreas de gestão administrativa, tecnológica e de finanças públicas;
- d) intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos estudos e pesquisas conjuntos; e
- e) quaisquer outras modalidades convencionadas pelas partes em instrumentos complementares, respeitando a finalidade do acordo de cooperação.

Projetos executados pela SEAE no âmbito desse Acordo entre os anos de 2006 e 2011:

- I Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2006;
- II Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2007;
- III Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2008;
- Bolsa de Estudo CIPAD (abr/2008 a mar/2010);
- IV Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2009;
- Planejamento Estratégico 2009;
- V Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2010;
- Bolsa de Estudo CIPAD (set/2009 a ago/2011);
- Bolsa de Estudo CIPAD (jun/2010 a mai/2012);
- VI Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2011;
- Planejamento Estratégico 2011.

2.3 – Programa de Governo sob Responsabilidade da SEAE

A SEAE participou em 2011 de dois Programas do Plano Plurianual 2008-2011, a saber: o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados, sob a responsabilidade gerencial da própria Secretaria, e o Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, sob a responsabilidade gerencial da SDE/MJ.

0780 - Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados

O Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados justifica-se pela:

- i) necessidade de constante atualização dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos; e
- ii) necessidade de avaliação sistemática de marcos regulatórios e legais que possam estar inadequados ao ambiente de mercado concorrencial ou que possam permitir a ocorrência de falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Além disso, o Programa deve sua existência às seguintes demandas:

- i) dar cumprimento ao art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, que determina: “A partir de 1º de julho de 1994, o reajuste e a revisão dos preços públicos e das tarifas de serviços públicos far-se-ão conforme atos, normas e critérios a serem fixados pelo Ministro da Fazenda”;
- ii) necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos;
- iii) inadequação de alguns marcos regulatórios e legais ao ambiente de mercado concorrencial; e
- iv) falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Todos esses itens podem impactar negativamente a economia do país, prejudicando os cidadãos de forma geral, seja por meio de ameaças à estabilidade econômica, seja por meio de deficiências estruturais que possam vir a afetar o sistema relativo de preços e o crescimento econômico. Visando a eliminar ou a reduzir os problemas citados, este Programa possui estratégias de ação operacionalizadas por meio da potencialização da promoção da concorrência e de mecanismos que buscam coibir o exercício abusivo de poder de mercado, permitindo que os consumidores tenham maior variedade de produtos, exerçam o poder de escolha e pelos menores preços possíveis.

O Programa é operacionalizado via ações de regulação econômica que objetivam reduzir os efeitos negativos das imperfeições de mercado (aumento de preços, queda da qualidade, diminuição da variedade ou redução das inovações), destacando-se:

- i) identificação de setores relevantes para o acompanhamento de condutas anticompetitivas;
- ii) desenvolvimento de estudos jurídicos e econômicos, visando a formular peças regulatórias específicas voltadas para os setores incluídos no art. 70 da Lei 9.069/95;
- iii) realização de visitas, reuniões e eventos semelhantes junto a outros órgãos do Governo, bem como junto aos agentes econômicos em geral, com vistas a discutir políticas de

- regulação, especialmente nos setores de infraestrutura e em outros setores com grandes externalidades sociais; e
- iv) definição, juntamente com os ministérios setoriais e as Agências Reguladoras, de regimes tarifários e de marcos regulatórios.

Em síntese, o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados tem o objetivo de subsidiar a proposição de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo. Visa também a cumprir uma das competências da SEAE, qual seja, estruturar e acompanhar a implantação de novos modelos de regulação e gestão, em articulação com as agências reguladoras e demais órgãos afins.

O Programa e as ações executadas pela SEAE contribuem para o alcance da Diretriz 1 – Aperfeiçoamento e Consolidação dos Marcos Regulatórios dos Setores de Infraestrutura, inserida no Desafio 17 – Impulsionar os Investimentos em Infraestrutura de Forma Coordenada e Sustentável, do Plano Plurianual 2008-2011.

0695 - Programa de Defesa Econômica e da Concorrência

O Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, gerenciado pela SDE/MJ, possui uma ação executada pela SEAE: Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos.

Na execução desse Programa, busca-se uma melhor articulação entre os Órgãos de Defesa da Concorrência, no sentido do aprimoramento dos instrumentos de investigação e do aumento da transparência da atuação dos órgãos envolvidos.

Esse Programa, levado a cabo com fundamento na Lei n.º 8.884, de 1994, relaciona-se com o macroobjetivo do PPA 2008-2011 de promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no mercado interno.

2.3.1 - Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SEAE

O Quadro 4 apresenta o demonstrativo da execução do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados.

Quadro 4 – Demonstrativo da Execução do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados.

Código no PPA	0780					
Denominação	Gestão da Política de Regulação de Mercados					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Assegurar a estabilidade da política econômica.					
Objetivos Específicos	Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.					
Gerente	Antonio Henrique Pinheiro Silveira					
Público Alvo	Agentes econômicos e cidadãos					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.666.287	3.666.287	2.470.348	2.225.474	244.874	57.644	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Este Programa não possui indicadores	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011, o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados apresentou resultados satisfatórios e eficientes em todas as suas Ações. Em algumas delas, as metas físicas foram, inclusive, superadas: Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais, em 158%; Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos, em 119%; Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais, em 47%. Houve menor dispêndio do que o inicialmente previsto para todas as Ações do Programa em razão do uso mais eficiente dos recursos orçamentários e pelo forte contingenciamento sofrido pela SEAE em 2011.						

Fonte: SIGPLAN.

2.3.1.1 – Análise Crítica da Execução do Programa de Governo sob a Responsabilidade da SEAE

Em 2011, o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados apresentou resultados excelentes em todas as suas Ações. Em algumas delas, as metas físicas foram, inclusive, superadas:

- Ação 2387 – Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais, em 158%;
- Ação 2069 – Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos, em 119%;
- Ação 2068 – Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais em 47%.

Como o Programa não possui indicador, a apresentação e a discussão dos seus resultados serão feitas na análise individual de cada uma das suas Ações (ver item 2.3.2.1 deste Relatório).

Outro aspecto positivo na execução do Programa em 2011 foi que houve menor dispêndio do que o inicialmente previsto para todas as Ações do Programa em razão do uso mais eficiente dos recursos orçamentários e pelo forte contingenciamento sofrido pela SEAE em 2011 (mais detalhes no item 2.4 deste Relatório).

Cabe, porém, alertar sobre a dificuldade para execução do Programa em relação à gestão de pessoas. A SEAE não dispõe de quadro próprio de carreira e a quantidade de técnicos existentes vem se mostrando insuficiente. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, a empresas públicas e de sociedades de economia mista ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração Pública. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como o principal gargalo à execução do Programa e à manutenção de um corpo técnico sólido na instituição.

Vale mencionar que com a entrada em vigência da Lei nº 12.529/11 em junho de 2012, haverá necessidade de eliminar diversos processos de trabalho hoje instalados na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e reorganizar as novas tarefas na SEAE em Brasília. Para tanto, a SEAE elaborou uma proposta de projeto de Modernização Institucional que foi encaminhada à Secretaria Executiva e à SPOA/MF para que seja encontrada, em conjunto, uma solução para as necessidades de recursos humanos, para o mapeamento e redesenho de processos e para a alocação de maior espaço físico.

2.3.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SEAE

O Quadro 5 apresenta a execução física de todas as Ações sob responsabilidade da SEAE.

Quadro 5 - Execução Física das Ações Realizadas pela SEAE.

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2012
04	122	0780	2272 – Gestão Administrativa do Programa	A	4	N/A	N/A	N/A	N/A
04	125	0780	2068 – Regulação das Atividades Econômicas em Moldes Comerciais	A	4	Unidade	75	110	75
04	125	0780	2069 – Análise de Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	A	4	Unidade	16	35	N/A
04	125	0780	2387 – Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins Comerciais	A	4	Unidade	300	774	600
04	126	0780	2084 – Sistema Informatizado da SEAE	A	4	Unidade	1	1	1
04	422	0780	4562 – Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	A	4	Unidade	622	751	650

N/A = Não se Aplica.

Fonte: SIGPLAN.

2.3.2.1 – Análise Crítica das Ações do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Criada em 2005 com o objetivo de alocar créditos destinados a suprir as necessidades da Secretaria com despesas que não deveriam ser realizadas no âmbito das ações finalísticas, tais como: despesas de manutenção, gastos com viagens para tratar de assuntos administrativos, dispêndios decorrentes da aquisição de material de consumo e permanente e demais despesas de cunho administrativo voltadas à manutenção das atividades da SEAE.

Essa Ação não possui meta física. Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 703,9 mil, o que representa 85% do valor consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011.

Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

Objetiva regular as atividades de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, de comércio, de serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica, sem comprometer a concorrência. A SEAE trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência.

Em 2011, a SEAE cumpriu 147% da meta física planejada para a Ação. Foram expedidas 110 manifestações, contra uma previsão de 75. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que o número de manifestações realizadas no ano depende do número de resoluções publicadas pelas agências reguladoras.

Ao longo dos últimos anos, a Secretaria consolidou a aplicação da AIR nos pareceres relativos aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional e às propostas de regras regulatórias postas em audiências e consultas públicas pelas agências do setor de energia (ANEEL) e de combustíveis (ANP). Importante destacar que o uso da AIR da OCDE tem como principal objetivo servir de instrumento para que as agências reguladoras adotem as melhores práticas existentes, no sentido de mensurar os impactos decorrentes das medidas adotadas e de dar à sociedade maior transparência de seus atos.

Durante o ano, a SEAE intensificou esforços no sentido de ampliar sua contribuição às normas regulatórias postas em audiências e consultas públicas, evitando, ainda antes da fase de consultas públicas, a edição de normas que estejam em desacordo com as melhores práticas regulatórias e concorrenciais.

Na área de comércio exterior, a SEAE teve participação expressiva nos 3 fóruns de alteração tarifária do MERCOSUL. Cabe destacar que, em 2011, foram elaboradas 45 notas técnicas relativas a pedidos de redução tarifária ao amparo da Resolução GMC nº 08/08 (que substituiu a Resolução GMC nº 69/00), ante 31 em 2010, nas quais se analisou a adequação do pleito ao mecanismo, às cotas e aos prazos de vigência da medida. No tocante às discussões de Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum - TEC, que ocorrem em janeiro e julho de cada ano e nas quais se permite a alteração de 20% de itens, foram elaboradas 14 notas técnicas referentes a diversos produtos.

Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 185,6 mil, correspondendo a 36% da meta para o ano. Esta baixa execução deveu-se ao forte contingenciamento orçamentário sofrido em 2011.

Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

Esta Ação visa a estruturar regras adequadas para a fixação e o reajuste de tarifas. Apesar de as agências reguladoras serem encarregadas da estruturação da política de preços nos setores regulados, há ações que impactam as políticas macro e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Em decorrência disso, a SEAE assessora o Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais e elabora estudos que subsidiam as ações e decisões de correção de rumo de curto prazo e a elaboração de políticas econômicas de longo prazo.

Vale notar também que, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar, Agência Nacional de Transporte Terrestre e Agência Nacional de Transporte Aquaviário devem comunicar antecipadamente ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Em outros setores, como o setor postal, que ainda não possui agência reguladora, é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. De qualquer forma, independentemente da existência ou não de agência reguladora, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Ministro da Fazenda.

Em 2011, a SEAE ultrapassou em 119% a meta física inicialmente programada para a Ação. Realizou 35 análises de reajustes de tarifas das 16 inicialmente previstas. Cabe esclarecer que a quantidade de reajustes depende do número de concessões de serviços públicos e tendo em vista que os governos fizeram novas concessões em relação à época da previsão da meta, o quantitativo de análises aumentou.

Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 11,7 mil, o que equivale a 20% da meta para o ano. Esta baixa execução deveu-se ao forte contingenciamento orçamentário sofrido em 2011.

Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

Esta Ação abrange três grandes áreas: (1) autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; (2) autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (*sweepstakes*), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; e (3) autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

A primeira área trata da emissão, por parte da SEAE, de autorização para que instituições financeiras procedam à distribuição gratuita de prêmios e realize sorteios a título de propaganda. A Lei nº 5.768/1971 veda a realização de promoções comerciais, exceto para aquelas empresas devidamente autorizadas pelo Ministério da Fazenda. No âmbito do Ministério, cabe à SEAE essa atividade. Adicionalmente e considerando a mesma previsão legal, compete à Secretaria, também, autorizar toda e qualquer empresa que deseje promover a captação antecipada de poupança popular. A função de fiscalizar, como não poderia deixar de ser, é uma decorrência do ato de autorizar e visa garantir que os agentes econômicos cumpram a citada legislação.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto nº 70.951/1972. À guisa de instrumentos para a concessão de pedidos de autorização para promoção, a SEAE utiliza análises contábeis e cálculos de avaliação econômico-financeira das empresas interessadas em realizar tais eventos. Analisa, ainda, a regularidade fiscal e jurídica das interessadas.

A autorização para emissão de *sweepstakes* ou para a exploração de outras modalidades de loteria, do ponto de vista operacional, segue o mesmo *modus operandi* descrito anteriormente. Aqui o principal interesse da Secretaria está voltado para não permitir um desvirtuamento da Lei nº 7.291/1984. Nos termos da legislação, as loterias turfísticas autorizadas devem funcionar como um estímulo para o desenvolvimento da atividade de equideocultura, devendo-se evitar e coibir toda e

qualquer autorização de loteria em que não seja possível identificar um real incentivo à atividade, sob pena de configurar exploração de jogo de azar.

As atividades de autorização, de homologação, de fiscalização e de monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal estão previstas nos Decretos-Lei n.ºs 6.259/1944 e 204/1967. A SEAE autoriza e aprova todos os planos de sorteio de extração de loteria federal explorados pela Caixa. Ainda nesse mesmo segmento, compete à Secretaria autorizar a Caixa a explorar novas modalidades lotéricas.

As competências relativas à operacionalização e à fiscalização de prêmios e sorteios e das outras atividades foram transferidas à SEAE por ocasião da edição da Medida Provisória n.º 2.049-20/2000. Por intermédio dessa Ação, o objetivo da Secretaria é o de conferir maior transparência a tais eventos, bem como assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Em 2011, a SEAE superou em 158% a meta física inicialmente prevista para a Ação. Foram executados 774 eventos (a previsão era de 300), sendo 515 promoções comerciais autorizadas, 244 promoções comerciais homologadas e 15 loterias homologadas. Este excelente resultado deveu-se, em grande parte, ao aumento no número de promoções comerciais feitas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras.

Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 111,4 mil (43% da meta financeira). Esta baixa execução deveu-se ao forte contingenciamento orçamentário sofrido em 2011.

Ação 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico

Objetiva manter e prover acessibilidade às informações necessárias para a atuação da Secretaria, tendo como produto *software*, *hardware* e periféricos funcionando com qualidade.

Em 2011, a SEAE manteve integralmente o seu sistema informatizado. Em termos orçamentários, foram liquidados R\$ 1.212,9 mil, correspondendo a 60% da meta para o ano.

2.3.2.2 – Análise Crítica da Ação do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência sob Responsabilidade da SEAE

Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos

Esta ação refere-se ao controle de estruturas de mercado (análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas) e de condutas anticompetitivas, fundamental para a criação de um ambiente econômico favorável aos investimentos privados e ao crescimento econômico sustentável.

A análise de atos de concentração econômica é disciplinada pelo art. 54 da Lei n.º 8.884/1994 que estabelece um prazo de 30 dias para a manifestação da SEAE e encaminhamento do processo à SDE/MJ, dispondo este Órgão de prazo semelhante para sua manifestação. Em seguida,

o caso é remetido ao CADE, que tem o prazo de 60 dias para deliberação (julgamento), sendo esses prazos suspensos quando da solicitação, pelos órgãos, de informações adicionais.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nestes casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e/ou a SDE/MJ pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O CADE aprecia, com base nas opiniões da SDE/MJ e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

Em 2011, foram analisados 751 Processos de Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais, sendo 725 de Atos de Concentração (incluindo 5 perdas de objeto) e 26 de Conduta. Isso significa que a meta física relativa à Ação, que era de 622 processos (580 de Atos de Concentração e 42 de Conduta), foi superada em 21%. Tal fato se explica, em parte, pelo incremento na participação de processos concluídos mediante Rito Sumário. No decorrer do ano, observou-se, também, um aumento nas atividades da Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado da SEAE, particularmente no que se refere às análises de confidencialidade, anteriormente feitas pela SDE/MJ.

É importante lembrar que em 2004 o SBDC lançou um conjunto de medidas para agilizar a análise de atos de concentração. Uma dessas medidas foi a criação de um Rito Conjunto de Análise de Atos de Concentração. Anteriormente, a SEAE elaborava um parecer, encaminhava-o à SDE/MJ, que elaborava outro parecer, e, só então, o caso era remetido com instrução completa ao CADE, para julgamento. A instrução dos processos em duas etapas podia levar meses. Com o Rito Conjunto, a instrução dos casos passou a ser feita em uma única etapa: equipes das duas secretarias se reúnem periodicamente a fim de mapear os casos notificados e discutir a instrução conjunta das operações mais importantes, ocasionando ganhos substantivos de tempo e de qualidade nas análises. Ao mesmo tempo, casos tidos como simples passaram a ser objeto de análise sucinta na SDE/MJ.

Com a adoção da metodologia do Rito Sumário, operações simples começaram a ser tratadas de forma diferente das operações complexas e os prazos de análise foram diminuídos, possibilitando a prestação de um melhor serviço à sociedade e a alocação, pela Secretaria, de mais tempo para as análises de casos com maior potencial lesivo aos consumidores e à economia.

Esse conjunto de medidas se configurou como um passo fundamental para a racionalização do funcionamento do SBDC. A ampliação do número de casos analisados em Rito Sumário e a drástica redução do tempo médio de análise de atos de concentração foram os resultados alcançados com as medidas.

Outra realização nessa área foi o lançamento, no final de fevereiro de 2005, de um sistema de publicação automática de pareceres e acompanhamento de processos pela Internet. O objetivo era o de aumentar a transparência sobre as ações da Secretaria e facilitar a consulta do público-alvo

da SEAE e aos cidadãos de maneira geral. Em 2006, foi reformulado o mecanismo de busca e foram incluídos outros tipos de processos e documentos, como Notas Técnicas de Confidencialidade e Pareceres de Saneamento Jurídico. A ampliação em 2010 foi em relação à inclusão do processo denominado “Processo de Desabastecimento” e à publicação de Nota Técnica de Confidencialidade referente aos processos de Atos de Concentração e a geração do relatório conclusivo para publicação do Despacho de deferimento ou indeferimento da confidencialidade ou sigilo no Diário Oficial da União.

Os Pareceres da SEAE relativos à defesa da concorrência já se encontravam disponíveis no sítio da Secretaria, mas foram agregadas, com a nova sistemática a partir de 2006, informações sobre processos em análise, ao mesmo tempo em que as consultas se tornaram muito mais ágeis em decorrência de serem realizadas em tempo real e também em virtude da possibilidade de utilização de mecanismos de busca.

A nova sistemática facilitou sobremaneira o acesso às informações da Secretaria para o público-alvo envolvido. Só para dar uma idéia dessa facilidade, como os processos finalizados estão ordenados por data de saída e os em análise, por data de entrada, diariamente, é possível acompanhar tudo o que entrou e tudo o que saiu da SEAE, já na primeira tela, o que facilita em muito a o processo de busca e a pesquisa do interessado ou beneficiário da ação.

Para consultar os processos, basta que o usuário acesse o endereço eletrônico: <http://www.seae.fazenda.gov.br/littera/exec/controle.asp>

Em termos orçamentários, foram liquidados na Ação R\$ 46 mil, o que equivale a 15% da meta financeira para o ano. Esta baixa execução deveu-se ao forte contingenciamento orçamentário sofrido em 2011.

2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro

A SEAE é a Unidade Gestora 170004, Gestão 00001, subordinada à Unidade Orçamentária 25001 (Ministério da Fazenda). Nos quadros, a seguir, são apresentadas as informações referentes à execução dos créditos orçamentários recebidos pela Secretaria por movimentação interna da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda (SPOA/MF).

Quadro 6 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão (terceirizados e outros)	863.916	353.630	858.266	353.630
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa (SERPRO e outros)	1.331.780	1.208.586	1.096.407	1.208.586
Inexigibilidade	129.040	0	125.189	0
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	485	634	485	634
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	66.197	0	66.197	0
Diárias	123.512	301.664	123.512	301.664
Outros	1.467	1.353	1.467	1.353

Fonte: SIAFI.

Obs.: Na modalidade de Contratação “Outros” foram utilizados recursos para cobrir despesas com restituições. Em 2010, o custo foi de R\$ 1.353 e, em 2011, R\$ 1.467. Na modalidade de Contratação “Pagamento de Pessoal” foram utilizados recursos para cobrir despesas com estagiários. O custo em 2011 foi de R\$ 66.197.

Quadro 7 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
14 - Diárias Pessoal Civil	118.955	301.664	118.955	301.664	0	0	118.955	301.664
30 - Material de Consumo	9.162	634	9.162	634	0	0	9.162	634
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	135.629	353.630	135.629	353.630	0	0	135.629	353.630
36 - Serv. Terc. Pessoa Física	70.754	14.552	70.754	14.552	0	0	70.754	14.552
39 - Serv. Terc. Pessoa Jurídica	2.171.005	1.208.586	2.171.005	1.208.586	244.874	341.031	1.104.344	1.208.586
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
93 - Indenizações e Restituições	1.467	1.353	1.467	1.353	0	0	1.467	1.353

Fonte: SIAFI.

Quadro 8 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
52 - Equipamento e Material Permanente	9.425	0	9.425	0	0	0	9.425	0
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI.

2.4.1 – Análise do Desempenho Orçamentário/Financeiro da SEAE

Em 2011, a execução dos créditos orçamentários recebidos pela SEAE por movimentação interna da SPOA/MF foi particularmente difícil. A dotação original prevista na LOA era de R\$ 3,98 milhões. Em termos nominais, este valor era 17% inferior ao consignado em 2010 (R\$ 4,80 milhões). No entanto, devido ao forte contingenciamento orçamentário sofrido pelo Ministério da Fazenda em março, o limite de empenho da Secretaria foi estabelecido em R\$ 2,25 milhões, o que representava uma queda nominal de 46% na comparação com este mesmo parâmetro do ano anterior (R\$ 4,13 milhões). Confrontado com o valor executado (empenhos liquidados) pela Secretaria em 2010 (R\$ 3,26 milhões), tal limite impôs uma redução dos gastos correntes da ordem de 31%.

Agravando essa situação de corte orçamentário somado a contingenciamento, a SEAE foi obrigada a reservar do seu limite de empenho o valor de R\$ 1,31 milhão para a Ação Orçamentária “Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico” para pagamento das despesas do contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Assim, sobrou, efetivamente, R\$ 0,97 milhão para viabilizar todas as demais ações orçamentárias, que, originariamente, tinham uma dotação prevista em Lei de R\$ 1,97 milhão. Isto exigiu da Secretaria um corte de 51% neste conjunto específico de despesas.

A SEAE ao longo dos últimos anos vem aumentando a eficiência do seu gasto por meio da redução dos custos administrativos. Isto, porém, não a impediu de cumprir integralmente suas metas institucionais. Com a exigência do corte adicional de 51% explicitado no parágrafo anterior, ela teve que reduzir drasticamente algumas despesas, tais como: passagens e diárias para as viagens dos seus técnicos, limitadas à metade do que foi executado em 2010; produção e manutenção de sistemas corporativos, queda para 1/3 do valor original do contrato; e serviços de broadcasting e de acesso a banco de dados, diminuição, em torno, de 50%. Estes novos cortes, no entanto, diminuíram a capacidade operacional da Secretaria, reduzindo a oferta de seus serviços à sociedade.

Em outubro de 2011, a SPOA/MF aumentou o limite de empenho da SEAE em R\$ 300 mil, o que permitiu à Secretaria honrar todos os seus compromissos contratuais, fechando o exercício financeiro sem dívidas.

Se este mesmo cenário (corte orçamentário + contingenciamento de recursos) se repetir em 2012, a Secretaria terá muita dificuldade em cumprir suas metas institucionais.

2.4.2 – Indicadores Institucionais

Os indicadores a seguir têm por finalidade aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações da SEAE, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

Na Nota Técnica n.º 173 GABIN/SEAE/MF, de 3 de dezembro de 2002, foram identificados os indicadores de desempenho das ações consideradas estratégicas para a Secretaria. Abaixo, seguem os referidos indicadores, que no ano de 2003 foram, pela primeira vez, operacionalizados pela Secretaria, possibilitando a mensuração do desempenho da sua gestão.

Vale salientar que alguns indicadores previstos no documento mencionado não foram utilizados no presente Relatório, tendo em vista sua pouca expressividade em relação às atuais atividades da Secretaria e/ou a sua excessiva complexidade e detalhamento, tornando os custos envolvidos no cálculo superior aos benefícios.

2.4.2.1 - Indicadores de Eficiência

2.4.2.1.1 - Nível de atendimento ao cliente via correio eletrônico

Objetivo: Verificar o nível de respostas dadas ao público por meio da quantidade de *e-mails* respondidos num dado período de tempo pela área de comunicação social da SEAE.

$$\text{Índice: } \frac{\text{n.º de e-mails respondidos no ano "n"}}{\text{n.º de e-mails recebidos no ano "n"}} \times 100 = \frac{746}{746} \times 100 = 100\%$$

Comentário: A SEAE considera de fundamental importância para a adequada execução de suas atividades a interface com a sociedade, seja para fins de prestação de contas ou para melhor esclarecê-la sobre dúvidas pontuais. Um canal de comunicação privilegiado nesse âmbito é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria. O serviço de e-mail institucional existe na Secretaria desde 1999. O índice de atendimento de 100% em 2011 indica que a sociedade obteve respostas a todas as suas demandas junto à SEAE.

2.4.2.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Instrução e Análise de Atos de Concentração e Procedimentos Administrativos”

Objetivo: Verificar o tempo médio despendido para a realização de análises sobre processo de ato de concentração.

$$\text{Índice : } \frac{\Sigma \text{ do tempo total gasto para a conclusão de análises}}{\text{n.º de análises feitas}} = \frac{64080}{720} \text{ dias} = 89 \text{ dias}$$

Comentário: O tempo médio de análise dos atos de concentração foi de 80 dias³ em 2003, tendo caído para 65 dias em 2004, 50 dias em 2005, 52 dias em 2006, 73 dias⁴ em 2007, e aumentado nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, respectivamente, para 81 dias, 89 dias, 83 dias e 89 dias, devido, principalmente, à elevação do número de casos complexos analisados.

³ De acordo com a Lei n.º 8884, de 1994, a SEAE tem o prazo legal de 30 dias para efetuar as análises relativas a atos de concentração, sendo que, todas as vezes que forem solicitadas, dos participantes ou de terceiros, informações adicionais indispensáveis à análise, o prazo legal é suspenso. A título ilustrativo, após o prazo de 30 dias para análise da SEAE, segue o prazo de 30 dias para a SDE e de 60 dias para o julgamento do CADE. Tanto a SDE quanto o CADE também têm seus prazos suspensos quando é necessário obter informações adicionais.

⁴ Até a edição do Relatório de Gestão 2008, este número era 70 dias. Entretanto, com a revisão feita em fevereiro de 2010, este número passou para 73 dias em 2007.

2.4.2.2 - Indicadores de Eficácia

2.4.2.2.1 - Orçamento e Finanças

Objetivo: Demonstrar o percentual da execução da despesa para informar se o que foi planejado está sendo cumprido pela Secretaria.

$$\text{Índice: } \frac{\text{execução total da despesa}}{\text{total da despesa fixada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ 2.516.397}}{\text{R\$ 3.977.105}} \times 100 = 63\%$$

Comentário: O resultado do indicador demonstra que houve um saldo de 37% dos recursos orçamentários em 2011. Isto ocorreu devido ao forte contingenciamento sofrido pela SEAE no exercício que inviabilizou a execução da totalidade dos recursos consignados para a Secretaria na LOA. Se fosse considerada a execução total da despesa em relação ao limite de empenho concedido à SEAE (R\$ 2.547.067), este indicador ficaria em 99% (saldo de 1%).

2.4.2.2.2 - Arrecadação de receitas próprias

Objetivo: Acompanhar a arrecadação das receitas próprias da Unidade.

$$\text{Índice: } \frac{\text{Arrecadação anual (ano "n")}}{\text{arrecadação anual (ano "n-1")}} \times 100$$
$$= \frac{\text{R\$ 17.411.396}}{\text{R\$ 16.862.400}} \times 100 = 103\%$$

Comentário: A arrecadação de receitas próprias manteve-se praticamente estável em relação ao ano de 2010, com crescimento de apenas 3%.

2.4.2.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas

Objetivo: Acompanhar o percentual das receitas próprias executadas pela própria Unidade, permitindo a avaliação do total de recursos arrecadados e transferidos ao Tesouro Nacional.

$$\text{Índice: } \frac{\text{Total das Despesas Realizadas}}{\text{Total das Receitas Próprias}} \times 100$$
$$= \frac{\text{R\$ 2.516.397}}{\text{R\$ 17.411.396}} \times 100 = 14\%$$

Comentário: O total arrecadado foi suficiente para fazer frente a todas as despesas da SEAE e, ainda, gerou um saldo financeiro em benefício do Tesouro Nacional no valor de R\$ 14.894.999.

2.4.2.3 - Indicadores sobre as Ações do PPA

Objetivo: Verificar se as metas estabelecidas pela Secretaria estão sendo cumpridas ou, em outros casos, se o que foi demandado foi atendido.

2.4.2.3.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

$$\text{Índice: } \frac{\text{n.º de análises realizadas}}{\text{n.º de análises demandadas}} \times 100 = \frac{35}{35} \times 100 = 100\%$$

2.4.2.3.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

$$\text{Índice: } \frac{\text{quantidade de manifestações realizadas}}{\text{quantidade de manifestações demandadas}} \times 100 = \frac{110}{110} \times 100 = 100\%$$

2.4.2.3.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

$$\begin{aligned} \text{Índice: } & \frac{\text{n.º de autorizações ou indeferimentos realizados no ano "n"}}{\text{n.º de pedidos de autorização protocolados no ano "n"}} \times 100 \\ & = \frac{774}{774} \times 100 = 100\% \end{aligned}$$

Comentário: Estes índices demonstram que a SEAE tem respondido a todas as demandas apresentadas.

2.4.2.4 - Indicadores de Economicidade

2.4.2.4.1 - Custos dos Serviços de Informática

Objetivo: Observar se houve redução de custos dos serviços de informática da Secretaria, podendo-se medir a economia de recursos obtida em função do aperfeiçoamento do trabalho.

$$\text{Índice: } \frac{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n"}}{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n-1"}} =$$

$$\frac{\text{R\$ 1.430.381}}{\text{R\$ 1.589.094}} = 0,9$$

Comentário: Houve uma diminuição de 10%, em termos nominais, nos gastos com serviços de informática em 2011 em relação a 2010. Esta queda deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores: manutenção dos valores unitários de todos os itens constantes do Contrato de Serviços Especializados de Informática com o SERPRO e redução dos gastos em serviços relativos à manutenção e ao desenvolvimento de sistemas de informação.

3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Quadro 9 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31.12.2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31.12.2011
170004		0	0	0	0
Razões e Justificativas: Não foram apurados e nem inscritos nenhum passivo por insuficiência de créditos nos exercícios mencionados.					

Fonte: SIAFI.

4 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 10 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores da SEAE.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12
2010	0	0	0	0
2009	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12
2010	341.031	268.189	99.852	27.010
2009	675.733	23.369	614.022	38.342
Observações:				

Fonte: SIAFI.

5 – GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA SEAE

Em 2011, a SEAE continuou se ressentindo do fato de não contar com um sistema institucional de recrutamento e seleção de seus servidores. A Secretaria não advoga em prol de uma carreira específica. O Ministério da Fazenda possui carreiras de servidores bem preparados, com formações acadêmicas adequadas, que poderiam atender as necessidades da SEAE.

Há inevitáveis efeitos negativos decorrentes da impossibilidade de provisão periódica de mão-de-obra qualificada, entre eles destacam-se a elevada rotatividade de pessoal aliada à dificuldade de se criar um sólido comprometimento organizacional, que por sua vez dificultam a formação de uma cultura organizacional própria que contribua efetivamente para o contínuo fortalecimento da instituição no desempenho de suas atividades. Apenas para ilustrar esta questão da alta rotatividade de pessoal, em 2011, 25% do quadro técnico da área finalística deixou a SEAE e teve de ser substituído.

Em 2007, foi discutida a criação da Carreira Fazendária com a Secretaria-Executiva e demais órgãos fazendários, que, em parte, solucionaria os problemas internos do Ministério em relação aos servidores terceirizados e sem vínculo, além de atender às determinações do Termo de Conciliação Judicial – Processo nº 00810-2006-017-10-00-7, firmado em 5 de novembro de 2007, entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho. Em 24 de maio de 2009, a ESAF realizou concurso público para provimento do cargo de Assistente Técnico-Administrativo do Ministério da Fazenda (ATA), sendo o resultado homologado em 8 de julho de 2009. Dos aprovados, seguindo as determinações do Edital ESAF 121, de 16 de dezembro de 2009 (2ª chamada), caberiam à SEAE 12 servidores para o ano de 2010, entretanto, apenas 5 ingressaram na Secretaria. Em 2011, não houve novo concurso, nem ingresso de mais ATAs.

Ao final de 2011, a Secretaria contava com um total de 131 colaboradores (servidores com vínculo, servidores sem vínculo, terceirizados e estagiários), sendo 68 na área finalística e 63 na área de gestão e apoio logístico. Deste total, 50% dos colaboradores são do sexo feminino. O tempo médio de permanência na SEAE é de 5 anos na área finalística e de 7 anos na área de gestão. A idade média dos colaboradores é de 38 anos para a área finalística e de 37 anos para gestão. Na área finalística, 87% dos colaboradores possuem nível superior completo, ao passo que na área de gestão esse número cai para 25%. A maior parte dos colaboradores da área finalística tem graduação na área de Economia e tem o domínio de mais de um idioma.

Os quadros a seguir apresentam os dados situacionais dos recursos humanos da SEAE.

Quadro 11 – Força de Trabalho da SEAE – Situação Apurada em 31.12.2011.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<i>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</i>	Não há	71	8	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	71	8	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	31	1	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	25	4	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	15	3	3
<i>2. Servidores com Contratos Temporários</i>	Não há	0	0	0
<i>3. Total de Servidores (1+2)</i>	Não há	71	8	18

Fonte: SEAE/MF.

Quadro 12 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da SEAE – Situação em 31.12.2011.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<i>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</i>	0
<i>1.1. Exercício de Cargo em Comissão</i>	0
<i>1.2. Exercício de Função de Confiança</i>	0
<i>1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)</i>	0
<i>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</i>	0
<i>2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo</i>	0
<i>2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior</i>	0
<i>2.3. Para Serviço em Organismo Internacional</i>	0
<i>2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País</i>	0
<i>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</i>	1
<i>3.1. De ofício, no interesse da Administração</i>	0
<i>3.2. A pedido, a critério da Administração</i>	1
<i>3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro</i>	0
<i>3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde</i>	0
<i>3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo</i>	0
<i>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</i>	0
<i>4.1. Doença em pessoa da família</i>	0
<i>4.2. Capacitação</i>	0
<i>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</i>	1
<i>5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro</i>	1
<i>5.2. Serviço militar</i>	0
<i>5.3. Atividade política</i>	0
<i>5.4. Interesses particulares</i>	0
<i>5.5. Mandato classista</i>	0
<i>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</i>	0
<i>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</i>	2

Fonte: SEAE/MF.

Quadro 13 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da SEAE - Situação em 31.12.2011.

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<i>1. Cargos em comissão</i>				
<i>1.1. Cargos Natureza Especial</i>	Não há	0	0	0
<i>1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior</i>				
<i>1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	Não há	19	1	7
<i>1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	Não há	25	4	5
<i>1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas</i>	Não há	15	3	3
<i>1.2.4. Sem vínculo</i>	Não há	32	5	9
<i>1.2.5. Aposentados</i>	Não há	0	0	0
<i>2. Funções gratificadas</i>				
<i>2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	Não há	11	0	2
<i>2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	Não há	0	0	0
<i>2.3. Servidores de outros órgãos e esferas</i>	Não há	0	0	0
<i>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</i>	Não há	102	13	26

Fonte: SEAE/MF.

Quadro 14 – Quantidade de Servidores da SEAE por Faixa Etária - Situação Apurada em 31.12.2011.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	0	0	0	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	3	30	20	14	4
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	13	13	3	3	0
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	0	0	0	0	
3. Totais (1+2)	16	43	23	17	4

Fonte: SEAE/MF.

Quadro 15 – Quantidade de Servidores da SEAE por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31.12.2011.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	0	0	0	3	11	12	13	26	6
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	0	0	0	0	16	7	6	3	0
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	3	27	19	19	29	6

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SEAE/MF.

Quadro 16 - Composição do Quadro de Estagiários da SEAE.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área Fim	12	10	7	6	Não se aplica à SEAE
1.2. Área Meio	1	1	1	2	Não se aplica à SEAE
2. Nível Médio					
2.1. Área Fim					
2.2. Área Meio	2	2	2	2	Não se aplica à SEAE
3. Total (1+2)	15	13	10	10	Não se aplica à SEAE

Fonte: SEAE/MF.

As informações relacionadas à composição dos quadros de servidores inativos e pensionistas, aos custos de pessoal e de estagiários, aos contratos de terceirização de mão-de-obra e aos indicadores gerenciais sobre recursos humanos da SEAE não serão fornecidas neste Relatório. Elas deverão ser obtidas no Relatório de Gestão da SPOA/MF, por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) desta Unidade do Ministério da Fazenda.

5.1 – Capacitação dos Servidores da SEAE

A natureza das atividades da SEAE enseja a necessidade de treinamentos específicos, tanto nas áreas de defesa da concorrência e de regulação, quanto no que se refere aos sistemas informatizados implementados ou em uso no âmbito da Secretaria. Tais oportunidades têm sido viabilizadas pela SEAE que, ademais, segue dando estímulo a seus servidores para que frequentem cursos e treinamentos oferecidos por instituições públicas e privadas, além de propiciar a participação do seu corpo técnico em seminários e outros eventos, tanto em nível nacional, como internacional. Ações internas de divulgação das informações referentes a cursos, seminários, workshops, patrocínio de cursos e oferta de vagas fazem parte da estratégia de incentivo à capacitação técnica que tem sido adotada por esta Secretaria com bons resultados.

Durante o ano de 2011, a SEAE continuou a intensificar a capacitação de sua equipe para o desenvolvimento e aprimoramento das competências necessárias à maior focalização da Secretaria em atividades relacionadas à regulação e à advocacia da concorrência. O Quadro 17 traz a relação completa das ações de treinamento desenvolvidas em 2011.

Quadro 17 - Ações de Treinamento Realizadas em 2011.

	Eventos 2011	Número de Participantes
1	Palestra Técnica - Projetos Trens Regionais	1
2	Seminário Comercialização de Energia	1
3	Seminário Global IFC: PPP em Aeroporto - Série de Seminários Parceria Público Privado em Infraestrutura	1
4	Seminário Políticas de (Tele) Comunicações	1
5	Programa de Treinamento para Funcionários Públicos Brasileiros na Área de Regulação	1
6	Curso de Estatísticas do Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional	1
7	I Seminário de Operação de Rodovias	3
8	Curso Sobre Gestión Macroeconómica y Política Fiscal	1
9	Curso Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil	1
10	Curso Excel 2007 - Básico/Intermediário	2
11	Curso de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro	6
12	10ª Conferência Anual da Rede Internacional de Concorrência	2
13	Ciclo de Palestras - Implementação da Análise Preliminar de Impacto Regulatório na ANTT	1
14	Curso Sobre Gestión Macroeconómica y Temas del Setor Financeiro	2
15	22ª Edição do Congresso Brasileiro do Aço & ExpoAço 2011	1

16	Curso Depreciação e Controle Patrimonial no Âmbito da União	1
17	Seminário Ethanol Summit 2011	1
18	XI-Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas	2
19	Curso Regulação: Teoria e Prática	3
20	I Seminário de Avaliação Estratégica para o PNL	2
21	VI Workshop sobre Recursos de Desenvolvimento Tecnológico nas Concessões Rodoviárias: Soluções técnicas aplicadas	1
22	Curso Ética e Política no Serviço Público	1
23	Curso de Gerência de Projetos - Teoria e Prática	1
24	Workshop: Análise Multicritério: Metodologia de Análise de Impacto Regulatório	1
25	VII Congresso Brasileiro de Regulação e 1ª EXPO/ABAR	1
26	XIII Congresso CIBELAE "Loterias de Estado: Construindo o futuro"	3
27	II Seminário Portos e Vias Navegáveis	1
28	Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública	3
29	Programa de Aperfeiçoamento de Carreira de EPPGG. Curso: Sistemas Integrados de Informação para Gestão Governamental	1
30	Curso Linux Férias	1
31	Curso sobre Responsabilidade Fiscal na Gestão Pública	1
32	III Seminário sobre os Direitos e Deveres dos Usuários de Transportes Terrestres	1
33	Curso sobre Coordenação de Políticas Públicas: análise de experiências	1

Fonte: SEAE/MF.

6 – TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA SEAE

Em 2011, a SEAE não realizou nenhuma transferência orçamentária mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

7 – DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010

DECLARAÇÃO

Eu, **(gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas)**, CPF nº 185.771.051-72, **(Gerente de Recursos Orcamentário, Financeiro e Patrimonial – GEROF)**, exercido na **(Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de janeiro de 2012.

(TOMAZ MOREIRA FERNANDES DA SILVA)

(185.771.051-72)

(Gerente de Rec. Orcam., Financ. e Patrimonial / SEAE/MFa)

8 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

8.1 – Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Em atenção ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, e observando também a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, informamos que os servidores da SEAE podem autorizar o acesso a sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física enviada a Secretaria da Receita Federal do Brasil, não havendo necessidade de renovação anual dessa autorização. No caso de não autorização do acesso à Declaração de Ajuste Anual, a obrigação é atendida preenchendo o Formulário de Declaração de Bens e Valores constante do anexo II da Portaria retrocitada.

Todos os servidores da SEAE cumpriram a obrigação de entrega da DBR em 2011, como demonstrado no Quadro 18.

Quadro 18 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da SEAE, da Obrigação de Entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	12	27	97
	Entregaram a DBR	12	28	97
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SEAE/MF.

9 – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SEAE

A SEAE considera fundamental a sistematização e a documentação das atividades envolvidas em seus campos de atuação como uma estratégia de controle interno.

Desde 2002, a SEAE utiliza o Sistema *Littera*, concebido para controlar e gerenciar, internamente, o fluxo de processos e documentos, possibilitando o registro, o armazenamento e a disponibilização corporativa da produção técnica da Secretaria. Nos anos de 2002 e 2003, o Sistema tratava apenas das informações referentes a atos de concentração, mas já em 2004, começaram a ser implantados os módulos relativos a condutas anticompetitivas e prêmios e sorteios. Posteriormente, também foram desenvolvidos os fluxos para análise dos Processos de Averiguação Preliminar, Processos Administrativos, Atos Normativos e Consulta CADE e para a publicação de Notas Técnicas na Internet sobre Representações à SDE/MJ. Além desses, foi criado o Processo de Desabastecimento referente a alterações tarifárias por desabastecimento.

A SEAE utiliza, ainda, os recursos de Servidor de Arquivos – estrutura de diretórios e pastas compartilhadas – visando à utilização corporativa das informações produzidas pelos usuários. Em 2010, foi realizada uma unificação e reorganização dos arquivos armazenados subdivididos em pastas referentes a cada unidade organizacional da SEAE. No final de 2011, o espaço virtual ocupado era de 336 GB e o espaço disponível nos discos dos servidores era de 529 GB.

A SEAE vem procurando padronizar por meio de manuais e guias de análise os procedimentos de exame utilizados por seus técnicos quando da elaboração de pareceres. Além de permitirem a uniformização de procedimentos internamente, conferem consistência, robustez e transparência às avaliações.

A Secretaria possui os seguintes manuais e guias de análise em vigor:

- Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração (Portaria SEAE nº 39/99) - posteriormente aperfeiçoado e adotado também pela SDE/MJ, com o novo título de Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal (Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50/01);
- Guia para Análise Econômica da Prática de Preços Predatórios⁵ (Portaria SEAE nº 70/02);
- Cartilha de Análise e Autorização de Promoções Comerciais (de março 2003);
- Manual de Fiscalização – Promoções Comerciais e Loterias (de março 2003);
- Cartilha para Análise de Prestação de Contas de Promoções Comerciais (de março 2003);
- Manual de Procedimentos Operacionais em Defesa da Concorrência (atualmente em revisão).

⁵ A prática de preços predatórios é uma conduta anticompetitiva e se verifica quando uma firma reduz o preço de venda de seu produto abaixo do seu custo, incorrendo em perdas no curto prazo, objetivando eliminar rivais do mercado, para, posteriormente, quando os rivais saírem do mercado, elevar os preços novamente e obter lucros extraordinários.

9.1 - Estrutura de Controles Internos da SEAE

Quadro 19 - Estrutura de Controles Internos da SEAE.

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente					X

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: SEAE/MF.

10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO Nº 5.940/2006

Todas as aquisições de bens e de materiais da tecnologia da informação e as contratações de serviços ou obras da SEAE são executadas pela SPOA/MF. Desta forma, informações relacionadas a estes temas devem ser consultadas no Relatório de Atividades daquela Unidade do Ministério da Fazenda.

11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA SEAE, CLASSIFICADO COMO "BENS DE USO ESPECIAL", DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

Não se aplica à natureza jurídica da SEAE.

12 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SEAE

O Quadro a seguir contém informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da SEAE, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quadro 20 – Gestão da Tecnologia da Informação da SEAE.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					1 servidor com vínculo, 3 servidores sem vínculo, 1 terceirizado
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					50%
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		

15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X
Considerações Gerais: Ver abaixo.				
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>				

Fonte: SEAE/MF.

A SEAE vem nos últimos anos otimizando a gestão da TI. Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

- a) a manutenção dos *hardwares*, dos *softwares* e de seus respectivos recursos continua sendo preventiva, reduzindo custos operacionais;
- b) a racionalização do modelo de contratação dos serviços, possibilitando economia dos recursos originalmente alocados;
- c) a utilização de rotinas operacionais de suporte a usuários, que englobam desde a disponibilização de recursos de TI, criação de perfis e orientações de utilização dos recursos;
- d) a otimização dos Sistemas Littera (fluxo de processos e documentos), RH - Recursos Humanos e RTI – Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos, com a implementação de novas versões, com ajustes e novos recursos. Além disso, o desenvolvimento de aplicativos para automação dos serviços de suporte para o Gabinete (Agenda, Contatos Externos, Biblioteca e Reserva de Recurso), a disponibilização de informações para os usuários internos por meio da intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e a disponibilidade de informações, via Web, para a sociedade em geral.

A SEAE utiliza os serviços de infraestrutura tecnológica providos pelo SERPRO, que disponibiliza uma rede segura e com bom desempenho. Cabe ressaltar que os serviços prestados são compatíveis com as necessidades da Secretaria, mas, quando há algum incidente, são enviadas ao SERPRO notificações de indisponibilidade ou de atendimento parcial no acesso a Sistemas Corporativos, Correio Eletrônico e hospedagem do sítio da SEAE - <http://www.seae.fazenda.gov.br>. Esse serviço, até abril de 2011, era prestado à SEAE por meio de um contrato exclusivo, mas a forma da contratação foi alterada. A partir de maio desse ano o objeto dessa contratação passou a ser controlado pela SPOA/MF e COGTI/MF.

Os recursos computacionais disponíveis aos usuários seguem o padrão de mercado, estando atualizados tecnologicamente. O parque é composto por 207 microcomputadores adquiridos por meio de licitação realizada pela SPOA/MF (121 computadores em 2008 e 86 em 2009). A Secretaria é proprietária de todo o parque de microcomputadores atualmente utilizados.

Os serviços de impressão também são objeto de contratação no mercado pela SPOA/MF, que durante o ano de 2011 realizou licitação com o objetivo de substituir e modernizar os equipamentos do Ministério da Fazenda. Foram disponibilizados para a SEAE os seguintes modelos mediante pagamento por cópia impressa: impressoras laser monocromáticas e multifuncionais de pequeno porte (Empresa AMC), multifuncionais de médio porte (Empresa MARB) e impressoras laser coloridas (Empresa HPrint). Da mesma forma, são contratados pela SPOA/MF, o cabeamento lógico e elétrico (Empresa Delta) e os aparelhos de scanners.

Os servidores da intranet e aplicativos são objeto de contratação no mercado pela Microcity Informática, por meio de contrato de locação a cargo da SPOA/MF. Os servidores estão instalados no Centro de Processamento de Dados (CPD) da SPOA/MF, em sala cofre, e o SERPRO é o responsável pela sua administração.

Com esse modelo contratual, evita-se a defasagem tecnológica e suas implicações negativas junto aos usuários. Ele tem se mostrado eficaz, considerando-se que possibilita ter, permanentemente, atualizados os recursos de hardware, além de inclusive poder contar com a forma ágil do suporte *on site* prestado pelo fornecedor. Outro aspecto importante é que todos os equipamentos estão cobertos por garantia de fábrica, com reposição de máquinas *back-up* em até 48 horas.

O parque tecnológico foi mantido a partir do upgrade de estações de trabalho realizado em 2009. Em 2010, houve o upgrade do portal da intranet SEAE e de quatro servidores das aplicações. Já em 2011, os serviços foram mantidos no servidor LAMP totalmente configurado com softwares livres (Linux, Apache, Mysql e PHP-Nuke) que não exigem o pagamento de licenças. O servidor que hospeda o Gerenciador de Conteúdo da SEAE (intranet) segue os padrões recomendados pelo governo (www.softwarelivre.gov.br) e atende plenamente as exigências da Secretaria.

No final de 2010, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2011 da SEAE. Entretanto, em maio de 2011, a Secretaria foi comunicada que o Ministério da Fazenda deveria possuir apenas um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) que contemplaria o triênio de 2011 a 2013. Em função desse direcionamento, a SEAE não evoluiu o seu PDTI. A Secretaria revisou as necessidades e metas elencadas no referido documento e as encaminhou à COGTI, órgão responsável pela elaboração do documento de todas as unidades do Ministério. O PDTI do Ministério da Fazenda foi publicado em outubro de 2011 na intranet do Ministério e foi disponibilizado na Internet na segunda quinzena de dezembro.

12.1 - Bases de Dados

A Secretaria disponibiliza para os seus servidores o acesso a várias agências e bases de dados de empresas, pagas ou por meio de convênios, que disponibilizam informações como: notícias, análises, gráficos, balanços financeiros, relatórios, estatísticas setoriais, cotações, estudos macroeconômicos (Base ISI – Emerging Markets); acesso em tempo real sobre conjuntura econômica, agricultura e pecuária (Agência Estado - Broadcast); legislação, acervo de notas administrativas e bases de jurisprudência (Datalegis); Diário Oficial da União (Imprensa Nacional); serviço informativo da OCDE (OLISNext – OCDE); rede de reportagem global para informações financeiras, notícias, tecnologia, galeria de fotos, produtos e outros itens (Reuters); banco de dados

com indicadores antecedentes e coincidentes da atividade econômica – FGV Confiança; Índice de Preços – FGV – Dados Premium; Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Legislação Consolidada – GERLEGIS; e Portal de Periódicos - CAPES.

12.2 – Sistemas Corporativos

Os sistemas corporativos da SEAE são acessados por meio da Rede SERPRO e são ferramentas importantes tanto para a área de gestão (COMPROT Processo, SIADS, SIAFI, SIAPE e SIASG), quanto para a área finalística (CPF-CNPJ, LINCE e SISBACEN). Além destes, há também sistemas Web, tais como: ALICE (Análise das informações de Comércio Exterior), COMPROT DOC, DEMANDAS – SERPRO, DEMANDAS – SPOA e o SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens). Dentre eles, destacam-se o Littera e RHSeae.

O Littera é um sistema, cujo início de operação na SEAE remonta ao ano de 2002, que tem por finalidade o acompanhamento, gerenciamento e controle de processos e documentos gerados, recebidos, tramitados e arquivados na Secretaria. Inicialmente contemplava somente os processos de atos de concentração, mas com o passar do tempo, outros fluxos de documentos foram implementados para atender às demais coordenações.

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos (RHSeae) disponibiliza dados de todos os servidores da Secretaria, ativos e inativos, incluindo informações sobre formação acadêmica e participação em cursos e eventos, além de recursos para marcação eletrônica e controle de férias. Todos os dados foram mantidos e atualizados em 2011 e foi disponibilizada consulta para todos os Servidores da SEAE. Em 2008, o Sistema foi implantado em mais duas Secretarias do Ministério da Fazenda: Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN). O Sistema RH está integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais (RTI), que disponibiliza o cadastro de toda infraestrutura tecnológica e de sistemas de informações existentes na SEAE, vinculando os recursos existentes aos usuários.

Em 2011, a SEAE adotou nova forma de controlar as manutenções evolutivas e corretivas dos sistemas corporativos desenvolvidos na plataforma Lotus Notes. Num primeiro estágio, optou-se por controlar quais demandas dos usuários foram atendidas e quanto tempo foi gasto em cada uma delas. Além disso, passou-se a utilizar um fluxo de homologação de ordens de serviço (OS), onde o solicitante oficializa o pedido por escrito, a área de TI e a Chefia de Gabinete avaliam a pertinência do pedido. Depois que a OS é implementada, ela é testada e homologada pela área de TI e pelo usuário solicitante em ambiente de homologação. Uma vez homologada, a OS ela é colocada em produção. Depois que esse fluxo de trabalho passou a ser utilizado, foram desenvolvidas 25 OS em sua plenitude e 9 foram canceladas em função de uma análise custo/benefício ou o da desistência por parte dos usuários.

12.3 – Intranet da SEAE

A intranet atualizada e modernizada representa um grande avanço para a consolidação do modelo de gestão compartilhada e para a recuperação de dados e informações pelos servidores da Secretaria. Em 2010, o número de acessos foi de 154.858, enquanto que em 2009 e 2008 os acessos

foram, respectivamente, 185.627 e 406.864. A tendência de queda foi verificada mais uma vez em 2011 (126 mil acessos). Essa redução na quantidade dos acessos não significa menor utilidade do Portal, mas, sim, acessos mais objetivos conseguidos a partir das melhorias implementadas em 2008.

13 – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Quadro 21 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.

Código da UG 1	UG: 170004 Gestão: 00001	Limite de Utilização da UG:	R\$ 1.275		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ	416.244.831-00	R\$ 1.275	R\$ 30	R\$ 1.245	R\$ 1.275
Total utilizado pela UG			R\$ 30	R\$ 1.245	R\$ 1.275
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG			R\$ 30	R\$ 1.245	R\$ 1.275
Total utilizado pela UJ					

Fonte: SIAFI.

Quadro 22 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	0	02	R\$ 485	R\$ 485
2010	0	0	02	R\$ 634	R\$ 634
2009	01	R\$ 30	03	R\$ 126	R\$ 156

Fonte: SIAFI.

14 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇOS - FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL

Não se aplica à natureza jurídica da SEAE.

15 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A SEAE SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO

O TCU, consoante Acórdão nº 5195/2009, adotado em Sessão da 1ª Câmara, de 25.9.2009, ao apreciar o processo nº 013.518/2008-5, que trata da Tomada de Contas da SEAE relativa ao exercício de 2007, decidiu julgar as contas da Secretaria regulares e dar quitação plena aos responsáveis.

Para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, não existiu Processo de Tomada de Contas, somente a apresentação dos Relatórios de Gestão.

Nos últimos anos, não existiram Relatórios de Auditorias da CGU sobre a SEAE.

16 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO

Nos últimos anos, não houve recomendações para a SEAE do Órgão de Controle Interno do Ministério da Fazenda.

17 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SEAE ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
Secretaria de Acompanhamento Econômico		170004	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	10 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Secretaria Contábil do MF CRC-DF nº 011634/O-9	CRC nº	011634/O-9 CRC - DF